

RELATÓRIO DE ADMINISTRAÇÃO 2020

Disclaimer

O Relatório da Administração busca atender aos normativos vigentes, como a Lei nº 6.404/1976 e as orientações da Comissão de Valores Mobiliários (CVM). Além disso, as informações financeiras contidas nesse relatório são elaboradas de acordo com o International Financial Reporting Standards (IFRS) e também em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC).

Este documento pode conter previsões que refletem apenas expectativas dos nossos administradores. Os termos "antecipa", "acredita", "espera", "prevê", "pretende", "planeja", "projeta", "objetiva", "deverá", bem como outros termos similares, visam identificar tais previsões, as quais, evidentemente, envolvem riscos e incertezas previstos ou não pela companhia e, consequentemente, não são garantias de nossos resultados futuros. Portanto, os resultados futuros das nossas operações podem diferir das atuais expectativas, e o leitor não deve se basear exclusivamente nas informações aqui contidas.

1.MENSAGEM DA ADMINISTRAÇÃO

O setor de distribuição de gás natural, bem como outros setores econômicos, sofreram os impactos que a pandemia do Coronavírus (COVID-19) provocou ao longo de 2020.

O registro do efeito da COVID-19 nas Demonstrações Financeiras do exercício findo em 31/12/2020 reflete os cuidados e o foco da Administração da GASPETRO sobre as consequências conjunturais, sociais e econômicas. Desde o início da pandemia, a Administração da Companhia acompanhou de forma constante o impacto do surto tanto do ponto de vista da saúde de seus colaboradores, como do ponto de vista das operações de coligadas e controladas e posição patrimonial e financeira da Companhia. Diversas ações de prevenção foram tomadas, como a criação de um grupo de trabalho semanal denominado Comitê de Gestão de Crise, composto pelos Diretores, o Gerente Administrativo, o Gerente de Planejamento, a Gerente Jurídica, Gerente de Desempenho Técnico e Comercial e o Gerente Financeiro, que passou a avaliar e propor as ações necessárias para enfrentamento de tal conjuntura tanto no contexto da GASPETRO como das coligadas e controladas.

Além dos impactos econômicos e do pleno andamento do Plano de Contingência elaborado com foco em minimizar os efeitos da nova condição macroestrutural, passamos a comentar a análise sobre o cenário, as ações e os resultados da GASPETRO no ano de 2020.

A retração de PIB de 4,1% no ano de 2020, menor taxa histórica desde 1996, demonstra o impacto econômico nacional. O gás natural – como combustível presente em diversos segmentos da economia, em especial no segmento industrial, comercial, residencial e de geração termoeletrica – teve seu consumo nacional impactado em -9% se comparado ao ano anterior (58,9 milhões m³/dia em 2020 e 64,4 milhões m³/dia em 2019).

As Companhias Distribuidoras Locais de Gás Natural (CDLs) com participação da GASPETRO da mesma forma sofreram redução em suas vendas em 9% na distribuição e movimentação de gás natural em 2020 em relação a 2019 (de 28,6 milhões m³/dia em 2019 para 26,1 milhões m³/dia em 2020), mantendo a participação de 44,3% do volume total distribuído e movimentado no país em 2020.

Em março de 2020, a sócia PETROBRAS, seguindo o cronograma previsto no TCC assinado com o CADE em julho de 2019, divulgou ao mercado o início do processo de desinvestimento de sua participação na GASPETRO, o qual se encontra em andamento.

O ano de 2020 foi marcado, também, pela tramitação no Congresso Nacional do Projeto de Lei 4.476/2020 (antigo PL 6.407/2013), conhecido como "Novo Mercado de Gás". Na data de fechamento deste relatório, o projeto acabou de receber a sanção presidencial, sem vetos. A expectativa é que a nova legislação contribua para o aumento da concorrência no setor de gás natural, ampliando também a oferta do energético no país. A GASPETRO acompanha a implementação do novo regimento e se prepara para continuar contribuindo com o desenvolvimento do mercado brasileiro de gás natural, sempre defendendo a higidez do segmento de distribuição.

Na gestão de participações da GASPETRO, o compromisso com os seus valores declarados e a produtividade da operação, aprimorando e fomentando as atividades das CDLs investidas, resultaram na mitigação dos efeitos financeiros dessa pandemia: (i) investimentos em expansão de redes, com 413 km de gasodutos de distribuição construídos, e (ii) lucro líquido contábil (Controladora) de R\$ 340 milhões, 2% superior ao apurado no ano anterior, de R\$ 334 milhões.

Para os próximos 5 anos, as distribuidoras com participação da GASPETRO orçaram um plano de expansão dos negócios que sustentam, em parte relevante, o crescimento da infraestrutura de gás natural. O plano de negócios quinzenal, em todos os seus elementos, contempla o nosso compromisso assumido nos contratos de concessão firmados pelas CDLs, em especial a oferta do gás natural ao maior número de consumidores, a preços competitivos e que promovam o desenvolvimento e a sustentabilidade do mercado de gás natural brasileiro e do modelo de concessão acordado.

Com forte dedicação aos valores da GASPETRO e de seus acionistas e com atenção aos eventos e efeitos provenientes da pandemia do COVID-19, agradecemos a todas as pessoas que compõem as equipes da nossa holding e das nossas CDLs investidas, pelo excelente trabalho realizado, sem os quais não teríamos atingido os resultados obtidos em 2020.

Atenciosamente.

Diretoria Executiva

Conselho de Administração

2.A GASPETRO

A Petrobras Gás S.A. – GASPETRO é uma sociedade por ações de capital fechado (holding de participações) constituída em 24/03/1976, com sede na cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, que tem como objeto social, observados os preceitos legais, a participação em sociedades as quais desempenhem as atividades de comercialização, importação, exportação, armazenamento e distribuição de gás natural.

Em dezembro de 2015, a PETROBRAS concretizou a venda para a Mitsui Gás e Energia do Brasil Ltda. de 49% de sua participação na GASPETRO. A Mitsui Gás e Energia do Brasil Ltda. é uma subsidiária integral da Mitsui & Co., Ltd. (Japão) e possui participação societária diretamente em 8 CDLs em parceria com a GASPETRO. Esta operação, realizada através de processo competitivo, fez parte do Programa de Desinvestimentos previsto no Plano de Negócios e Gestão 2015-2019 da Petrobras, resultando na atual composição societária da GASPETRO, conforme a Tabela 1 abaixo.

Tabela 1 - Quadro Societário

ACIONISTAS	Ações Ordinárias			Ações Preferenciais			Total Geral		
	qtd	Valor	%	qtd	Valor	%	qtd	Valor	%
Petróleo Brasileiro S.A. - Petrobras	56.607	334.314.138,10	51,00%	1	5.905,89	100,00%	56.608	334.320.043,99	51,00%
Mitsui Gás e Energia do Brasil (Mitsui Gas)	54.386	321.197.179,06	49,00%	-	-	-	54.386	321.197.179,06	49,00%
TOTAL	110.993	655.511.317,16	100,00%	1	5.905,89	100,00%	110.994	655.517.223,05	100,00%

Até dezembro de 2015, a GASPETRO possuía participação em 29 empresas, nos setores de transporte de gás natural, de energia elétrica, de comercialização e logística de gás natural liquefeito (GNL) e de aproveitamento de subprodutos de carvão, além da distribuição de gás natural.

Para a venda da participação societária para a Mitsui Gás e Energia do Brasil Ltda., foi realizada uma cisão parcial da GASPETRO, que permaneceu com as participações nas CDLs, transferindo as demais participações para a Petrobras Logística de Gás S.A. (LOGIGÁS), incorporada pela PETROBRAS em 2019.

Em 31/12/2020, a GASPETRO é uma holding com participação societária em 19 Companhias Distribuidoras Locais de Gás Natural (CDLs), sendo 14 operacionais e 5 em fase pré ou não operacional.

OPERACIONAIS			PRÉ OU NÃO OPERACIONAIS
ALGAS – 41,5%	COPERGÁS – 41,5%	SCGAS – 41,0%	CEBGAS – 32,0%
BAHIAGAS – 41,5%	GASBRASILIANO – 100%	SERGAS – 41,5%	GASAP – 37,3%
CEGAS – 41,5%	MSGAS – 49,0%	SULGAS – 49,0%	GASPIA – 37,3%
CEG RIO – 37,4%	PBGAS – 41,5%	GASMAR – 23,5%	GOIASGAS – 30,5%
COMPAGAS – 24,5%	POTIGAS – 83,0%		RONGAS – 41,5%

Figura 1 - Participação GASPETRO

A GASPETRO, por ser subsidiária da Petrobras, está sujeita aos ditames da Lei nº 13.303/16 de 30 de junho de 2016, também conhecida como Lei das Estatais, que dispõe sobre o estatuto jurídico da empresa pública, da sociedade de economia mista e de suas subsidiárias, abrangendo toda e qualquer empresa pública e sociedade de economia mista da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios que explore atividade econômica de produção ou comercialização de bens ou de prestação de serviços. Em 27 de dezembro de 2016, a Presidência da República editou o Decreto Federal nº 8.945, que regulamentou, no âmbito da União, a Lei nº 13.303/16.

A estrutura de Governança atual da GASPETRO é formada pelos seguintes órgãos estatutários:

• Conselho de Administração: é o órgão de direção superior da Companhia, formado por sete membros, que se reúnem ordinariamente uma vez por mês e, extraordinariamente, quando necessário. O Conselho tem como atribuições principais definir as diretrizes estratégicas da GASPETRO e supervisionar os atos de gestão da Diretoria Executiva. Em 2020, foram realizadas 14 reuniões do colegiado. O Conselho de Administração dispõe, ainda, de uma Auditoria Interna permanente vinculada ao colegiado, que avalia as atividades e controles internos e realiza auditorias na controlada e, eventualmente, nas coligadas da GASPETRO.

• Diretoria Executiva: órgão de administração geral da Companhia, formada por quatro membros (Diretor Presidente, Diretor Operacional, Diretor Financeiro e Diretor Corporativo) e eleita pelo Conselho de Administração. Em 2020, foram realizadas 57 reuniões, tendo sido deliberados assuntos relativos às CDLs nas quais a GASPETRO possui participação, além de temas associados à própria atividade e estrutura da GASPETRO.

• Conselho Fiscal: órgão de funcionamento permanente formado por três membros, eleitos em Assembleia Geral, cuja competência está definida na Lei das Sociedades Anônimas e no Estatuto Social da Companhia. É um órgão fiscalizador e opinativo. Em 2020, foram realizadas 12 reuniões deste colegiado.

• Comitê de Auditoria Estatutário: formado por três membros independentes e tem por finalidade assessorar o Conselho de Administração no exercício de suas funções e manifestar-se primordialmente sobre: (i) a qualidade, transparência e integridade das demonstrações financeiras; (ii) a efetividade dos processos de controles internos para a produção de relatórios financeiros; e (iii) a atuação, independência e qualidade dos trabalhos dos auditores independentes e dos auditores internos. Em 2020, foram realizadas 29 reuniões do órgão.

• Comitê de Elegibilidade: formado por três membros e vinculado diretamente ao Conselho de Administração. Tem como atribuição auxiliar na verificação da conformidade do processo de indicação e na avaliação dos administradores e conselheiros fiscais indicados para atuarem na GASPETRO e nas CDLs. Em 2020, o comitê realizou 56 reuniões e examinou 69 indicações. A GASPETRO internalizou em seu regimento o Código de Conduta Ética, além do Programa de Prevenção à Corrupção, do Sistema Petrobras, que contribuem com o aprimoramento da governança e compliance.

As Demonstrações Contábeis de 2019 e 2020 foram auditadas pela KPMG Auditores Independentes.

A Política de Gestão de Riscos Empresariais, aprovada pelo Conselho de Administração, adota uma abordagem abrangente da gestão de riscos, incorporando variáveis econômico-financeiras, elementos de preservação da vida, da saúde, do patrimônio e de imagem e reputação.

A GASPETRO tem o compromisso de atuar de forma ética e em conformidade com os requisitos legais e regulatórios estabelecidos, considerando os riscos em suas decisões e as ações de resposta orientadas para a continuidade dos negócios e agregação de valor.

Em relação ao último exercício social, inexistiram alterações significativas nos principais processos e riscos a que a Companhia está exposta ou na política de gerenciamento de riscos adotada.

O respeito ao Meio Ambiente e a garantia da Saúde e Segurança de seus colaboradores, dos colaboradores de suas coligadas e controlada, bem como de todas as partes envolvidas nas atividades de distribuição de gás natural canalizado, são valores fundamentais nos processos, relacionamentos e em todas as atividades previstas no Plano Estratégico.

A gestão da Segurança, Meio Ambiente e Saúde do Trabalho (SMS) é conduzida com fulcro nas 15 Diretrizes de SMS do Sistema Petrobras, conforme apresentado na seqüência:

DIRETRIZES

- 1 LIDERANÇA E RESPONSABILIDADE**
A Petrobras, ao integrar segurança, meio ambiente e saúde à sua estratégia empresarial, reafirma o compromisso de todos os seus empregados e contratados com a busca de excelência nessas áreas.
- 2 CONFORMIDADE LEGAL**
As atividades da empresa devem estar em conformidade com a legislação vigente nas áreas de segurança, meio ambiente e saúde.
- 3 AVALIAÇÃO E GESTÃO DE RISCOS**
Riscos inerentes às atividades da empresa devem ser identificados, avaliados e gerenciados, de modo a evitar a ocorrência de acidentes e/ou assegurar a minimização de seus efeitos.
- 4 NOVOS EMPREENDIMENTOS**
Os novos empreendimentos devem estar em conformidade com a legislação e incorporar, em todo o seu ciclo de vida, as melhores práticas de segurança, meio ambiente e saúde.
- 5 OPERAÇÃO E MANUTENÇÃO**
As operações da empresa devem ser executadas de acordo com procedimentos estabelecidos e utilizando instalações e equipamentos adequados, inspecionados e em condições de assegurar o atendimento às exigências de segurança, meio ambiente e saúde.
- 6 GESTÃO DE MUDANÇAS**
Mudanças, temporárias ou permanentes, devem ser avaliadas visando à eliminação e/ou minimização de riscos decorrentes de sua implantação.
- 7 AQUISIÇÃO DE BENS E SERVIÇOS**
O desempenho em segurança, meio ambiente e saúde de contratados, fornecedores e parceiros deve ser compatível com o do Sistema Petrobras.
- 8 CAPACITAÇÃO, EDUCAÇÃO E CONSCIENTIZAÇÃO**
Capacitação, educação e conscientização devem ser continuamente promovidas, de modo a reforçar o comprometimento da força de trabalho com o desempenho em segurança, meio ambiente e saúde.
- 9 GESTÃO DE INFORMAÇÕES**
Informações e conhecimentos relacionados a segurança, meio ambiente e saúde devem ser precisos, atualizados e documentados, de modo a facilitar sua consulta e utilização.
- 10 COMUNICAÇÃO**
As informações relativas a segurança, meio ambiente e saúde devem ser comunicadas com clareza, objetividade e rapidez, de modo a produzir os efeitos desejados.
- 11 CONTINGÊNCIA**
As situações de emergência devem estar previstas e ser enfrentadas com rapidez e eficácia visando à máxima redução de seus efeitos.
- 12 RELACIONAMENTO COM A COMUNIDADE**
A empresa deve zelar pela segurança das comunidades onde atua, bem como mantê-las informadas sobre impactos e/ou riscos eventualmente decorrentes de suas atividades.
- 13 ANÁLISE DE ACIDENTES E INCIDENTES**
Os acidentes e incidentes decorrentes das atividades da empresa devem ser analisados, investigados e documentados, de modo a evitar sua repetição e/ou assegurar a minimização de seus efeitos.
- 14 GESTÃO DE PRODUTOS**
A empresa deve zelar pelos aspectos de segurança, meio ambiente e saúde de seus produtos, desde sua origem até a destinação final, bem como empenhar-se na constante redução dos impactos que eventualmente possam causar.
- 15 PROCESSO DE MELHORIA CONTÍNUA**
A melhoria contínua do desempenho em segurança, meio ambiente e saúde deve ser promovida em todos os níveis da empresa, de modo a assegurar seu avanço nessas áreas.

Figura 2 - Diretrizes de SMS do Sistema Petrobras

A companhia fomenta, prevê suporte técnico e acompanha as ações de SMS, de forma a oferecer condições laborais que garantam o mais elevado grau de qualidade de vida no trabalho, privilegiando o bem-estar físico, mental e social de seus colaboradores e, ainda, assegurando a proteção ao meio ambiente atuando de forma preventiva e responsável por meio da redução e controle das condições de risco.

O ano de 2020 foi marcado pelo combate da pandemia do SARS-CoV-2 (Covid-19). Como mencionado acima, a GASPETRO logo no mês de março de 2020, foi criado o Comitê de Gestão de Crise, que passou a avaliar e propor semanalmente as ações necessárias para enfrentamento de tal conjuntura tanto no contexto da GASPETRO como das coligadas e controladas. A visão dos sócios e orientações dos demais segmentos de saúde nortearam o trabalho desenvolvido no Comitê de caráter multidisciplinar, formado pelos membros da diretoria e gestores das principais áreas correlatas com o acompanhamento e gestão da crise. O Plano de Contingência Corporativo diante da Pandemia da Doença pelo SARS-CoV-2 (Covid-19) da GASPETRO foi elaborado em consonância com as orientações e recomendações para enfrentamento da pandemia emanadas por seus acionistas, pela Organização Mundial de Saúde (OMS), Ministério da Saúde (MS), Fundação Oswaldo Cruz (FIOCRUZ), Agência Nacional de Vigilância Sanitária (ANVISA), Secretaria Especial de Previdência e Trabalho e em conformidade com as exigências das Normas Regulamentadoras de Saúde e Segurança do Trabalho e demais requisitos legais aplicáveis vigentes.

O documento determinou as medidas de prevenção ao contágio necessárias para o enfrentamento da pandemia da COVID-19, de forma a assegurar o estabelecimento e a manutenção de condições laborais que visam a proteção e a preservação do bem-estar físico e mental de seus colaboradores.

3.RESULTADOS 2020

Os resultados obtidos durante o ano de 2020 refletiram a crise econômica provocada pela propagação da COVID-19, causada pelo Coronavírus SARS-CoV-2. A oferta total de gás natural no Brasil apresentou um decréscimo de 6,7 milhões m³/dia em 2020, comparado ao ano de 2019, segundo Boletim de Acompanhamento da Indústria de Gás Natural, publicado pelo Ministério de Minas e Energia.

O volume de oferta nacional representou 39,6% do total ofertado ao mercado e houve uma redução de 3% no volume médio importado de gás em 2020, em comparação com o realizado no ano de 2019.

Tabela 2 - Balanço do Mercado de Gás Natural

BALANÇO DO MERCADO DE GÁS NATURAL (em milhões de m³/dia)	2020	2019
Produção Nacional	127,5	122,4
Oferta Nacional	50,5	56,5
% oferta nacional	39,6%	46,2%
Oferta importada	26,3	27,0
Oferta Total de Gás Natural	76,8	83,5
Industrial	36,1	37,0
Automotivo	5,2	6,3
Residencial	1,4	1,3
Comercial	0,7	0,9
Geração Elétrica	26,1	29,0
Outros (inclui GNC)	2,2	2,7
Demanda Total	72,1	78,0
Consumo nos gasodutos, desequilíbrio, perdas e ajustes	4,7	5,5

(Fonte: MME - Boletim Mensal de Acompanhamento da Indústria de Gás Natural - Edição 166 - dez/20)

Observe-se que, da Demanda Total de 72,1 milhões m³/dia da Tabela 2, 58,9 milhões m³/dia foram movimentados pelas CDLs conforme a Tabela 3. O volume distribuído e movimentado pelas CDLs de Gás Natural em que a GASPETRO tem participação (destacadas em azul na Tabela 3) foi de 26,1 milhões m³/dia, com representatividade expressiva de 44,3% do volume distribuído e movimentado no país.

Tabela 3 - Consumo de Gás Natural por Distribuidora

CONSUMO DE GÁS NATURAL POR DISTRIBUIDORA (milhões de m³/dia)	2020	2019
Algás (AL)	0,5	0,5
Bahiagás (BA)	3,4	3,8
BR Distribuidora (ES)	2,4	2,6
Cebgás (DF)	0,0	0,0
Ceg (RJ)	8,6	10,1
Ceg Rio (RJ)	5,8	6,3
Cegás (CE)	0,7	1,2
Cigás (AM)	4,9	4,6
Comgás (SP)	13,5	14,2
Compagás (PR)	1,6	1,4
Copergás (PE)	4,3	4,7
Gas Brasileiro (SP)	0,6	0,7
Gasparig (MG)	2,6	3,1
Gaspsa (PI)	0,0	0,0
Mtgás (MT)	0,0	0,0
Msgás (MS)	1,1	1,3
Pbgás (PB)	0,2	0,2
Potigás (RN)	0,2	0,3
Gás Natural Ferrosa (SP)	0,8	1,1
Scgás (SC)	1,8	2,0
Sergás (SE)	0,2	0,3
Sulgás (RS)	2,0	2,2
Goiasgás (GO)	0,0	0,0
Gasmar (MA)	3,6	3,7
TOTAL DISTRIBUIDORAS	58,9	64,4
Subtotal Distribuidoras com Participação Gaspetro	26,1	28,6
% Distrib. Com Participação Gaspetro	44,3%	44,5%

(Fonte: MME - Boletim Mensal de Acompanhamento da Indústria de Gás Natural - Edição 166 - dez/20)

As CDLs com participação da GASPETRO apresentaram um decréscimo de 9% na distribuição e movimentação de gás natural em 2020 em relação a 2019 (26,1 milhões m³/dia em 2020 frente a 28,6 milhões m³/dia em 2019).

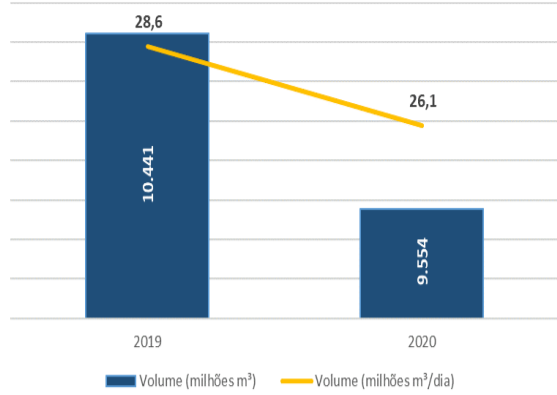


Gráfico 1 - Volume

Do volume total distribuído pelas CDLs em que a GASPETRO tem participação, 42,2% vem do atendimento ao segmento industrial, 31,5% dos segmentos de autoprodutores, importadores e clientes livres, 15,1% do segmento Termoelétrico e 11,3% dos segmentos residencial, comercial, automotivo e cogeração em conjunto.

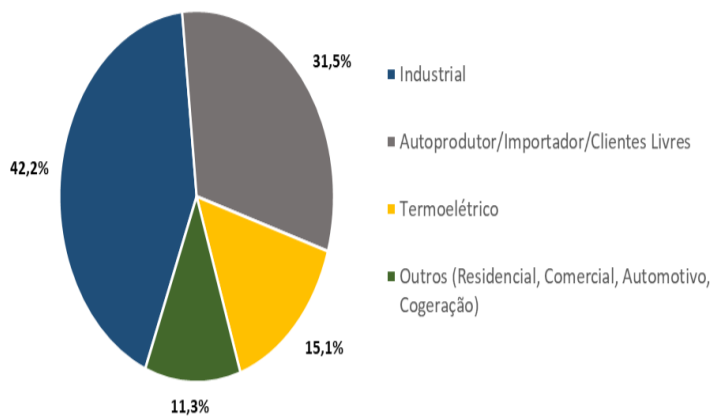


Gráfico 2 - Volume

Também devido ao enfrentamento da pandemia de Covid-19, as CDLs com participação GASPETRO sofreram atrasos na concretização de novos investimentos e conquista de novos clientes em 2020. Foram agregados 413 Km à malha de gasodutos de distribuição, o que correspondeu a um investimento de R\$ 341 milhões na expansão de rede.

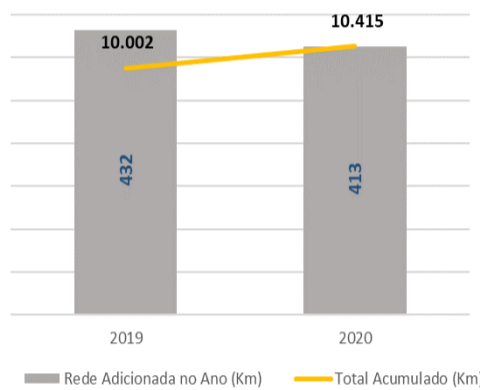


Gráfico 3 - Extensão de Rede

Com este acréscimo de rede, as distribuidoras atenderam aproximadamente 33 mil novos clientes, totalizando 529 mil clientes atendidos em 2020.

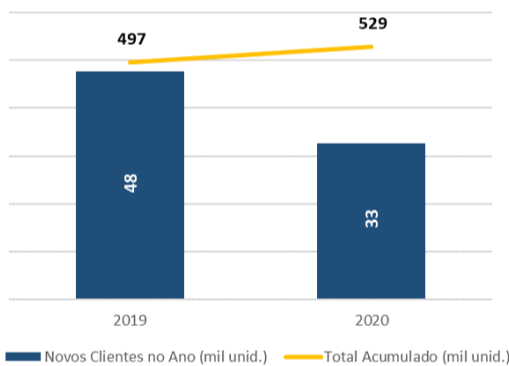


Gráfico 4 - Número de Clientes

Os resultados auferidos pelas CDLs são distribuídos proporcionalmente às participações dos sócios, sendo, na Demonstração do Resultado do Exercício da GASPETRO, alocados na conta Resultado com Participações em Investimentos. Em 2020, este resultado foi de R\$ 387,1 milhões, representando um crescimento de 2% em relação à 2019, que registrou R\$ 380,5 milhões.

Tabela 4 - Resultado com Participações em Investimentos

Participação	2020	2019
Operacionais		
ALGAS	8.132	7.853
BAHIAGAS	17.111	48.198
CEGAS	28.584	29.649
CEG RIO	47.650	33.747
COMPAGAS	17.408	42.733
COPERGAS	30.194	91.077
GASBRASILIANO	79.276	48.444
GASMAR	3.592	2.270
MSGAS	46.285	13.489
PBGAS	1.581	2.705
POTIGAS	6.683	9.333
SCGAS	30.313	31.577
SERGAS	31.109	2.652
SULGAS	44.747	42.414
SUBTOTAL	392.666	387.472
PIS/COFINS sobre JSCP	5.558	6.938
Resultado com participações em investimentos (R\$ Mil)	387.108	380.534

Em que pesem as reduções das vendas em diversos setores, principalmente o industrial, impactadas pela pandemia da COVID-19, o resultado com participações consolidado da GASPETRO nas investidas, superou o valor de 2019 devido a alguns eventos como: (i) assinatura do Termo de Compromisso da SERGAS com a PROQUIGEL no valor de R\$ 111 milhões, para estabelecer as condições precedentes e contratuais associados à prestação de serviço de entrega de GN à unidade da FAFEN-SE, (ii) receita de Take or Pay de térmica na MSGAS no valor de R\$ 121 milhões; e (iii) devido à mudança regulatória no tratamento dos saldos remanescentes de conta gráfica do gás definida pela deliberação da ARSESP 1010/2020, a qual permitiu a Gás Brasileiro o reconhecimento em sua contabilidade societária em sua contabilidade societária o saldo da sua conta gráfica ARSESP, refletindo, dessa forma, em 2020, o resultado positivo no montante de R\$ 19,5 milhões.

As atividades da GASPETRO geraram um lucro líquido contábil (Controladora) de R\$ 340 milhões, recorde a partir de 2015 - ano em que ocorreu o início da nova estrutura, após operação societária de cisão parcial, com participações acionárias apenas no setor de distribuição de gás natural (resultado comparável) - e 2% superior ao apurado no ano anterior (R\$ 334 milhões).

Em 2020, foram gerados R\$ 231,5 milhões de valor para a sociedade. A remuneração e benefícios relativos a pessoal e administradores totalizou R\$ 35,7 milhões, com o resultado distribuído aos nossos acionistas de R\$ 185,4 milhões, foram pagos, ainda, R\$ 6,6 milhões em tributos (federais, estaduais e municipais) e R\$ 4,5 milhões a instituições financeiras e fornecedores.

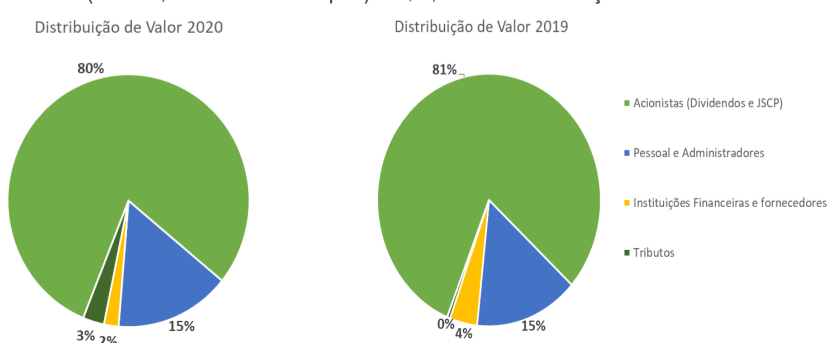


Gráfico 5 - Distribuição de Valor

4.NEGÓCIO, MISSÃO, VISÃO E VALORES

O negócio, missão, visão e valores da GASPETRO nortearam o Planejamento Estratégico 2041 (2021-2025) concluído em 2020, conforme apresentado na sequência.

Negócio - Gestão de participações societárias

Missão - Promover o desenvolvimento do mercado de gás natural e a expansão da infraestrutura de distribuição através da participação nas concessionárias estaduais de serviços de distribuição de gás canalizado nos estados.

Visão - Ser a empresa referência no setor de gás natural reconhecida pelos stakeholders por sua competência e eficiência na agregação de valor e contribuição para o desenvolvimento do setor energético do país e a melhoria da qualidade de vida das pessoas.

Valores

- Respeito à vida e às instituições,
- Manutenção de um ambiente harmônico de negócios; e
- Compromisso com a construção de um futuro sustentável.

5.PLANO ESTRATÉGICO 2041 (2021-2025)

Devido a constatação de mudanças no cenário externo, em especial nos ambientes político, econômico e legislativo, somado à recente pandemia do COVID-19, fez-se necessária a elaboração de um novo planejamento estratégico institucional com análise de cada ambiente e proposta de revisão das ações estratégicas da empresa. O novo Plano Estratégico tem horizonte de 40 anos, abordando o período de 2021 a 2041 e está alinhado com o Plano de Negócios de 5 anos (2021 a 2025).

Destaca-se que a acionista PETROBRAS, no sentido de promover a abertura do mercado de gás natural, divulgou ao mercado, em março de 2020, o início do processo de desinvestimento de sua participação na GASPETRO, o qual se encontra em andamento.

Por sua vez, a regulação do chamado "Novo Mercado de Gás" em âmbito federal, através do Projeto de Lei 4.476/2020, foi sancionada durante o fechamento deste relatório, com seguintes pontos propostos:

- Modelo de Outorga
- Regulação da Comercialização e dos Serviços de Gás Canalizado
- Vedação à verticalização no Setor
- Modelo Entrada-Saída no Transporte
- Área de Mercado e seu Gestor
- Conselhos de Usuários
- Possibilidade de Interconexão entre Distribuidoras nas regiões de fronteira
- Entidade Administradora do Mercado de GN

Alguns Estados conduzem a edição ou revisão das normas que regulamentam os "agentes livres", aptos a adquirir o gás natural de outros supridores, remunerando as concessionárias pelos serviços de distribuição ou movimentação.

Com a revisão do cenário apresentado, o PE 2041 (2021-2025) destacou 7 estratégias prioritárias, conforme Tabela 5, com o respectivo desdobramento nas ações necessárias para seu cumprimento, de forma integrada ao Plano de Negócios e Gestão 2021-2025.

Tabela 5 - Estratégias Prioritárias

Nº de Estratégias	Nº de Ações	Nº de Fases	Riscos Identificados
7	18	56	18
Aprimorar a gestão financeira e de caixa da GASPETRO e das CDLs	2	5	2
Atuar proativamente no âmbito regulatório	3	10	2
Aprimorar os processos de contratação de molécula e transporte de gás nas CDLs	3	6	3
Fortalecer a cultura de SMS	3	13	5
Estabelecer estratégias de expansão da rede de gás natural nas CDLs	3	9	4
Aprimorar a gestão da informação entre a GASPETRO e as CDLs	2	5	1
Fortalecer a visão estratégica na gestão societária	2	8	1

As ações para cada estratégia estão sempre em busca de melhores resultados e a manutenção da proximidade com as Companhias Distribuidoras Locais, de forma a captar sinergias e melhorias no ambiente de negócios.

Em relação ao cenário de negócio, o volume de distribuição e movimentação de gás natural previsto para o ano de 2025 é 35,4 milhões m³/dia, que é superior em 36% quando comparado ao ano de 2020 (26,1 milhões m³/dia).

Os investimentos do PE 2041 (2021-2025) totalizam o valor de R\$ 1,4 bilhão, com destaque para o ano de 2023, que representa 23% dos investimentos totais.

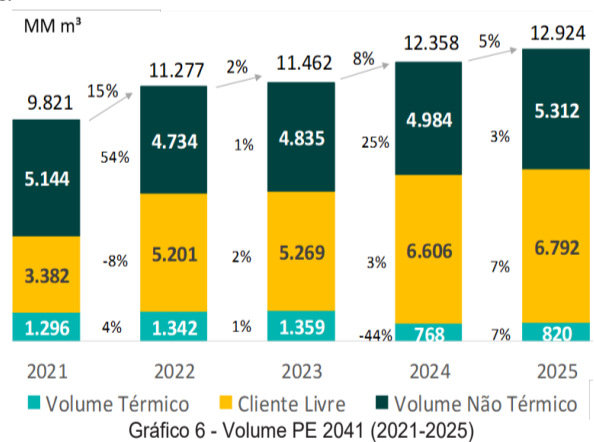


Gráfico 6 - Volume PE 2041 (2021-2025)

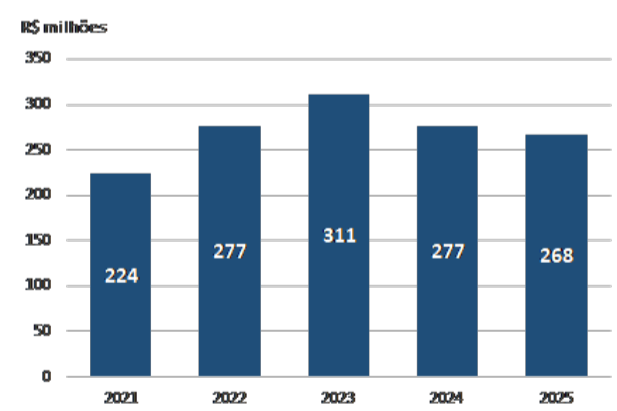


Gráfico 7 - Investimentos PE 2041 (2021-2025)

6.INFORMAÇÕES ADICIONAIS

Relacionamento com Auditores Independentes

Desde 26 de maio de 2017 a empresa contratada pela GASPETRO é a KPMG Auditores Independentes (KPMG). Durante o exercício de 2020, a KPMG prestou os serviços de auditoria contábil e revisão de conformidade fiscal em conexão com os procedimentos de auditoria nas demonstrações financeiras no valor de R\$ 588.845,27, incluindo aqueles prestados às nossas controladas.

Informações relativas às decisões tomadas em função de orientações recebidas do acionista controlador e investimentos realizados em decorrência do exercício de políticas públicas

Nos termos do Estatuto Social da GASPETRO, como subsidiária de sociedade de economia mista, as suas atividades podem ser orientadas pela Petróleo Brasileiro S.A. - Petrobras, com a finalidade de contribuir para o interesse público que justificou sua criação, visando garantir a distribuição de gás natural em todo o território nacional. Porém, a contribuição para esse interesse público deve ser compatível com o objeto social da companhia e não pode colocar em risco a sua rentabilidade e sustentabilidade financeira.

Assim, caso haja orientação da Petrobras para o atendimento ao interesse público que norteou a criação da GASPETRO, conforme explicitado no Estatuto Social, as obrigações ou responsabilidades assumidas pela companhia deverão estar definidas em norma ou regulamento e estar previstas em documento específico, como contrato ou convênio, observada a ampla publicidade destes instrumentos, bem como a divulgação dos seus custos e receitas discriminados, inclusive no plano contábil.

Neste caso, em havendo orientação da Petrobras para atendimento ao interesse público em condições diversas às de mercado do mesmo setor em que a companhia atue, de acordo com avaliação e mensuração pelo Conselho de Administração da companhia, a Petrobras garantirá a compensação, a cada exercício social, da diferença entre as condições de mercado e o resultado operacional ou retorno econômico da obrigação assumida.

Não se verificou, em 2020, o exercício de tal prerrogativa pela Petrobras que suscitasse a aplicabilidade dos Parágrafos 1º, 2º, 3º e 4º do Art. 3º do Estatuto Social da companhia, que seria também publicado na Carta Anual de Políticas Públicas e de Governança Corporativa.

Balancos Patrimoniais

Em 31 de dezembro de 2020 e 2019 (Em milhares de reais, exceto quando indicado em contrário)

Ativo	Nota	Consolidado		Controladora		Passivo	Nota	Consolidado		Controladora	
		2020	2019	2020	2019			2020	2019		
Circulante						Circulante					
Caixa e equivalentes de caixa	7	35.356	56.842	32.542	56.743	Fornecedores	13	43.071	46.051	10.339	8.137
Contas a receber - ativos financeiros (FIDC)	8.1	144.366	146.140	30.880	58.212	Arrendamentos a pagar		1.395	1.889	-	-
Contas a receber, líquidas						Imposto de renda e contribuição social social	15.1	2.046	3.207	222	116
Dividendos e JSCP a receber	8.2 e 14.1	125.001	69.487	125.001	69.487	Impostos e contribuições	15.1	14.782	13.524	3.384	5.046
Terceiros	8.2	55.957	73.187	-	-	- Dividendos propostos	14.1 e 17.5	50.305	63.065	50.305	63.065
Outros - partes relacionadas	8.2 e 14.1	284	561	284	561	Juros sobre capital próprio	17.5	-	20.400	-	20.400
Ativo regulatório	1.1	26.787	-	-	-	- Salários a pagar		8.992	6.649	2.785	-
Imposto de renda e contribuição social contribuição social	15.1	1.383	-	-	-	- Passivo regulatório	1.1	5.449	-	-	-
Impostos e contribuições	15.1	32.940	21.914	21.258	19.767	Outras contas a pagar		2.789	3.316	339	129
Outros ativos circulantes		3.073	2.870	-	-			128.829	158.101	67.374	96.893
		425.147	371.001	209.965	-						
		204.770	-	-	-						
Não circulante						Não circulante					
Realizável a longo prazo						Arrendamentos a pagar		193	1.274	-	-
Contas a receber, líquidas						Provisão para processos judiciais	22.2	13.918	14.408	-	-
Dividendos e JSCP a receber	8.2 e 14.1	11.018	7.874	11.018	7.874	Obrigações estatutárias vinculadas					
Terceiros	8.2	111	570	-	-	- a ativos excluídos - Petrobras	2.2 e 16	104.214	104.602	104.214	104.602
Outros - partes relacionadas	8.2 e 14.1	2.128	1.499	2.128	1.499	Outras contas a pagar		11	161	11	11
Depósitos judiciais	22.2	794	1.000	794	794			118.336	120.445	104.225	104.613
Imposto de renda, contribuição sociais diferidos	15.1	48.485	58.348	2.375	1.693						
Imposto de renda contribuição social	15.1	520	520	520	520	Passivo circulante e não circulante		247.165	278.546	171.599	201.506
Impostos e contribuições	15.1	13.777	15.511	2.704	4.670						
Ativo financeiro de concessão	9	69.616	50.919	-	-						
Ativos Excluídos - Petrobras	2.2	111.765	110.794	111.765	110.794	Patrimônio líquido	17				
Outros ativos realizáveis a longo prazo		42	36	-	-	Capital social realizado		655.516	655.516	655.516	655.516
		258.256	247.071	131.304	127.844	Transações de capital		910.736	910.736	910.736	910.736
						Reserva de capital		560	560	560	560
Investimentos	10.2	1.549.332	1.518.615	2.088.490	2.025.155	Reservas de lucros		691.746	588.295	691.746	589.569
Imobilizado	11	2.215	4.569	70	103	Ajuste de avaliação patrimonial		(328)	(15)	(328)	(15)
Intangível	12	270.445	292.382	-	-			2.258.230	2.155.092	2.258.230	2.156.366
		1.821.992	1.815.566	2.088.560	2.025.258						
								2.505.395	2.433.638	2.429.829	2.357.872

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis individuais e consolidadas.

Demonstração de Resultado

Em 31 de dezembro de 2020 e 2019 (Em milhares de reais, exceto quando indicado em contrário)

	Nota	Consolidado		Controladora	
		2020	2019	2020	2019
Receita de vendas e serviços	18	425.532	538.287	-	-
Custo dos produtos e serviços vendidos	20	(344.531)	(445.193)	-	-
Lucro bruto		81.001	93.094	-	-
Receita de construção da infraestrutura	5.14 e 12.2	16.196	23.308	-	-
Custo da construção da infraestrutura	5.14 e 12.2	(16.196)	(23.308)	-	-
Lucro bruto após construção da infraestrutura		81.001	93.094	-	-
Despesas Operacionais					
Vendas	20	(10.135)	(11.570)	-	-
Gerais e administrativas	20	(71.970)	(67.099)	(46.849)	(44.827)
Tributárias	20	(425)	(1.247)	(182)	(379)
Outras receita (despesas)	19	33.794	(10.383)	(850)	(2.608)
		(48.736)	(90.299)	(47.881)	(47.814)
Lucro (prejuízo) antes do resultado financeiro, participações e impostos		32.265	2.795	(47.881)	(47.814)
Resultado financeiro líquido	21	16.308	13.284	924	1.189
Receitas financeiras		18.099	17.444	1.404	4.420
Despesas financeiras		(858)	(641)	(159)	(10)
Variações monetárias líquidas		(933)	(3.519)	(321)	(3.221)
Resultado de participações em investimentos	10.2	309.106	331.060	387.108	380.534
Lucro antes dos impostos		357.679	347.139	340.151	333.909
Imposto de renda e contribuição social	15.3	(16.387)	(13.319)	(133)	(89)
Lucro do exercício		341.292	333.820	340.018	333.820
Lucro básico e diluído por ação	17.6	3.07	3.01	3.06	3.01

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis individuais e consolidadas.

Demonstração de Resultados Abrangentes

Em 31 de dezembro de 2020 e 2019 (Em milhares de reais, exceto quando indicado em contrário)

	Nota	Consolidado		Controladora	
		2020	2019	2020	2019
Lucro do exercício		341.292	333.820	340.018	333.820
Itens que não serão reclassificados subsequentemente para a demonstração do resultado					
Participação nos lucros das empresas investidas por equivalência patrimonial, líquida de impostos	10.2	(313)	360	(313)	360
Resultado abrangente total		340.979	334.180	339.705	334.180

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis individuais e consolidadas.

Demonstração dos Fluxos de Caixa

Em 31 de dezembro de 2020 e 2019 (Em milhares de reais, exceto quando indicado em contrário)

	Consolidado		Controladora	
	2020	2019	2020	2019
Fluxos de caixa das atividades operacionais				
Lucro do Exercício	341.292	333.820	340.018	333.820
Ajustes para reconciliar o lucro líquido do período:				
Resultado de participações em investidas	(309.106)	(331.060)	(387.108)	(380.534)
Depreciação e amortização	30.414	27.216	1.679	1.679
Ativo/Passivo Regulatório	(21.338)	-	-	-
Perdas esperada de crédito	(445)	(503)	-	-
Provisão para perdas com processos judiciais	(490)	5.677	-	-
Baixa de processos judiciais	-	12	-	12
Variações cambiais, monetárias e encargos financeiros não realizados e outras	895	(710)	272	(1.294)
Pagamento de juros	(200)	(280)	-	-
Rendimentos de recebíveis de ativos financeiros	(12.874)	(13.566)	(705)	(1.969)
Imposto de renda e contribuição social, líquidos	16.387	13.319	133	89
Perdas por Desvalorização de Ativos (Impairment)	848	1.031	848	1.031
Redução (aumento) de ativos				
Contas a receber	(21.075)	(23.392)	2.385	205
Ativos financeiros vinculados à concessão	(11.231)	(1.105)	-	-
Outros ativos	-	(1.404)	-	766
Aumento (redução) de passivos				
Fornecedores	(2.980)	(4.688)	2.201	(2.050)
Impostos e contribuições	18.069	20.088	(2.232)	(1.544)
Arredamentos a Pagar	(1.375)	3.443	-	-
Outros passivos	(2.767)	5.282	(227)	64
Recursos líquidos gerados (utilizados) pelas atividades operacionais	24.024	33.180	(42.736)	(49.725)
Atividades de investimentos				
Aquisições de ativos imobilizados e intangíveis	(8.880)	(12.095)	-	-
Aportes em participações	(848)	(1.030)	(848)	(1.030)
Resgate (Investimentos) em recebíveis de ativos financeiros	16.163	(58.653)	28.037	(26.729)
Dividendos recebidos	219.585	196.506	260.935	234.810
Recursos líquidos gerados nas atividades de investimentos	226.020	124.728	288.124	207.051
Fluxo de caixa das atividades de financiamentos				
Arredamentos pagos	(1.941)	(1.505)	-	-
Dividendos pagos a acionistas da Gaspetro	(269.589)	(128.100)	(269.589)	(128.100)
Recursos líquidos utilizados nas atividades de financiamentos	(271.530)	(129.605)	(269.589)	(128.100)
Aumento/(Redução) de caixa e equivalentes de caixa no exercício	(21.486)	28.303	(24.201)	29.226
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	56.842	28.539	56.743	27.517
Caixa e equivalentes de caixa no fim do exercício	35.356	56.842	32.542	56.743

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis individuais e consolidadas.

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

Em 31 de dezembro de 2020 e 2019 (Em milhares de reais, exceto quando indicado em contrário)

	Reservas de capital			Reservas de lucros			Ajuste de avaliação patrimonial	Total do patrimônio líquido atribuível aos acionistas da controladora	Ativo diferido	Total do patrimônio líquido consolidado		
	Capital subscrito e integralizado	Transações de capital	Incentivos fiscais	Legal	Dividendos adicionais propostos	Reserva especial					Lucros Acumulados	
Saldo em 1º de janeiro de 2019	655.522	910.736	560		131.105	102.600	213.264	-	(375)	2.013.413	(1.274)	2.012.139
Adoção inicial CPCs (CPC 06/IFRS 16)								(478)		(478)		(478)
Saldo em 1º de janeiro de 2019	655.522	910.736	560		131.105	102.600	213.264	(478)	(375)	2.012.935	(1.274)	2.011.661
Dividendos adicionais aprovados (AGO 2019)						(102.600)				(102.600)		(102.600)
Lucro líquido do período								333.820		333.820		333.820
Redução de capital - ação pref. Classe "A" (AGE 05.09.19)	(6)									(6)		(6)
Resultado abrangente									360	360		360
Destinações do lucro líquido do exercício:												
Apropriações do lucro líquido em reservas						158.289	(158.289)			-		-
Apropriações do lucro líquido em obrigações estatutárias							(1.087)			(1.087)		(1.087)
Dividendos adicionais propostos (0,78/ação)						86.911	(86.911)			-		-
Dividendos e juros sobre capital próprio							(87.055)			(87.055)		(87.055)
Saldo em 31 de dezembro de 2019	655.516	910.736	560		131.105	86.911	371.553	-	(15)	2.156.366	(1.274)	2.155.092
Reversão de reserva especial (AGO 15.05.20)							(29.000)			(29.000)		(29.000)
Dividendos adicionais aprovados (AGO/2020)						(86.911)				(86.911)		(86.911)
Lucro líquido do exercício								340.018		340.018	1.274	341.292
Resultado abrangente									(313)	(313)		(313)
Destinações do lucro líquido do exercício:												
Apropriações do lucro líquido em reservas						154.626	(154.626)			-		-
Apropriações do lucro líquido em obrigações estatutária							(625)			(625)		(625)
Dividendos adicionais propostos (0,88/ação)						97.962	(97.962)			-		-
Dividendos e juros sobre capital próprio (0,78/ação)							(86.805)			(86.805)		(86.805)
Reversão de reserva especial constituída em 2019							(34.500)			(34.500)		(34.500)
Saldo em 31 de dezembro de 2020	655.516	910.736	560		131.105	97.962	462.679	-	(328)	2.258.230	-	2.258.230

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações

continuação

Demonstração do Valor Adicionado
Em 31 de dezembro de 2020 e 2019 (Em milhares de reais, exceto quando indicado em contrário)

	Consolidado		Controladora	
	2020	2019	2020	2019
Receitas				
Vendas de produtos, serviços e outras receitas	556.207	712.392	2	-
Perdas em créditos de liquidação duvidosa	172	437	-	-
Receitas relativas à construção de ativos para uso	16.196	23.308	-	-
Insumos adquiridos de terceiros				
Produtos para revenda	(311.376)	(420.328)	-	-
Materiais, energia, serviços de terceiros e outros	(36.340)	(40.985)	(6.973)	(10.329)
Perda / Recuperação de valores ativos	(848)	(1.030)	(848)	(1.030)
	(348.564)	(462.343)	(7.821)	(11.359)
Valor adicionado bruto	224.011	273.794	(7.819)	(11.359)
Depreciação e amortização	(30.417)	(27.216)	(1.679)	(1.679)
Valor adicionado líquido produzido/(consumido) pela Companhia	193.594	246.578	(9.498)	(13.038)
Valor adicionado recebido em transferência				
Resultado de participações em investimentos	314.664	331.060	392.665	380.534
Receitas financeiras - inclui variações monetária, cambial e outras receitas	52.878	21.250	3.596	8.144
	367.542	352.310	396.261	388.678
Valor adicionado a distribuir	561.136	598.888	386.763	375.640
Distribuição do valor adicionado				
Pessoal e administradores				
Salários e participações	55.207	52.618	35.445	32.173
Benefícios	2.381	2.328	18	36
FGTS	1.137	931	189	110
Tributos				
Federais	72.258	90.245	6.571	930
Estaduais	81.855	108.010	-	-
Municipais	1	1	-	-
	154.114	198.256	6.571	930
Instituições financeiras e fornecedores				
Juros, variações cambiais e monetárias	3.985	7.968	2.673	6.955
Despesas de aluguéis	3.020	2.967	1.849	1.616
	7.005	10.935	4.522	8.571
Acionistas				
Dividendos	185.391	87.055	185.391	87.055
Resultado dos acionistas	155.901	246.765	154.627	246.765
Lucros retidos	341.292	333.820	340.018	333.820
Valor adicionado distribuído	561.136	598.888	386.763	375.640

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis individuais e consolidadas

Notas explicativas
(Em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)
1.A Companhia e suas operações

A Petrobras Gás S.A. - Gaspetro (denominada "Gaspetro" ou "Companhia"), tem por objeto a participação em sociedades em distribuidoras de gás natural canalizado, as quais desempenhem as atividades de distribuição, importação, exportação, armazenamento e comercialização de gás natural. A sede social da Companhia está localizada no Rio de Janeiro - RJ.

A Companhia é uma empresa de participações e, portanto, não tem atuação direta no mercado. Desta forma, o cumprimento da sua função social se dá através das suas investidas, no limite da sua participação.

Para cumprir sua missão, a Companhia vem desenvolvendo projetos em parceria, por meio da participação no capital de empresas. Dentre os projetos que têm participação da Gaspetro, destaca-se a controlada GasBrasilião Distribuidora S.A., além de participações societárias (empreendimentos controladas em conjunto) em companhias estaduais distribuidoras de gás natural canalizado.

1.1 Conta Gráfica

Em 11 de junho de 2020, a Agência Reguladora de Saneamento e Energia do Estado de São Paulo – ARSESP, emitiu a Deliberação nº 1.010 dispondo que eventuais saldos nas contas gráficas existentes ao final da concessão serão indenizados à Companhia ou devolvidos aos usuários no período de 12 meses antes do encerramento do período da concessão.

Com a publicação da deliberação ARSESP nº 1.010, a Companhia avalia que não há mais incerteza significativa que seja impeditiva para o reconhecimento dos ativos e passivos regulatórios como valores efetivamente a receber ou a pagar. Desta forma, foi reconhecido a partir de junho de 2020 os ativos e passivos financeiros regulatórios em suas informações contábeis, que estão relacionados à diferença entre o custo real incorrido e o custo de gás incluído na tarifa (contas gráficas regulatórias) que impacta o repassadas e/ou cobrança aos clientes, conforme determinação do Órgão regulador.

Devido a tal fato, a Companhia reconheceu em junho de 2020 o montante de R\$ 35.812 referente a alocação do saldo das contas gráficas regulatórias. No resultado do exercício, o montante das contas gráficas referentes aos exercícios anteriores foi classificado como outras receitas operacionais (R\$ 32.574 - nota explicativa nº 19) e o montante referente ao exercício corrente foi classificado em Custo das Vendas de Gás.

Em 31 de dezembro de 2020, o saldos dos ativos e passivos regulatórios registrados nas demonstrações financeiras era de R\$ 26.787 e R\$ 5.449, respectivamente.

2. Cisão parcial da companhia em 2015 e Processo de Venda de Participações Acionárias
2.1 Cisão da companhia

Em dezembro de 2015, houve uma cisão parcial da Gaspetro, vertendo os ativos e passivos não relacionados ao do segmento (negócios) de distribuição de gás natural para a Petrobras Logística de Gás S.A. - Logigás.

Essa alteração precedeu o processo de alienação de 49% das ações da Gaspetro, detidas pela Petrobras, para a Mitsui Gás, formalizado através de um Contrato de Compra e Venda de Ações ("CCVA").

Apesar dessa delimitação no objeto social da companhia, alguns ativos permaneceram registrados na Gaspetro devido a impossibilidade de desvinculação e foram classificados como "Ativos Excluídos", que são atualizados monetariamente de acordo com suas respectivas características e produzem efeitos financeiros periodicamente vertidos através de destinação para reserva estatutária líquida de eventuais tributos, beneficiando o acionista Petrobras, que é único detentor das ações preferenciais.

2.2 Ativos Excluídos e Obrigações Estatutárias da companhia

Apesar da delimitação no objeto social na cisão ocorrida em 2015 para atuação exclusivamente no segmento de distribuição de gás natural, alguns ativos permaneceram registrados na Gaspetro devido a impossibilidade de desvinculação, sendo classificados estatutariamente como "Ativos Excluídos".

Esses ativos são atualizados de forma plena de acordo com índices de variação monetária relacionados às suas respectivas características. O resultado produzido, descontado de qualquer tributo aplicável pago ou sujeito a pagamento (Pis, Cofins, imposto de renda e contribuição social sobre o lucro líquido), são destinados periodicamente para a Obrigações (Reserva) Estatutária de Ativos Excluídos. Logo, esses ativos excluídos evoluem de forma diferente do montante destinado para as obrigações estatutárias.

Os reflexos contábeis e financeiros que impactam os Ativos Excluídos e as Obrigações (Reserva) Estatutárias beneficiam e/ou impactam exclusivamente o direito do acionista Petrobras, que é único detentor da ação preferencial (Nota explicativa 16, 17.1 e 17.2).

Os ativos excluídos estão representados a seguir:

	31.12.2020	31.12.2019
Ação de Repetição de Indébito ref. PIS/COFINS - Nota Explicativa 22.4.a)	109.748	108.813
Dépósitos Judiciais não relacionados ao segmento de distribuição	1.021	985
Títulos da Dívida Agrária (TDA) bloqueados junto ao Tesouro Nacional (Nota Explicativa 22.4.b)	996	996
Total dos direitos relacionados aos ativos excluídos do processo de cisão	111.765	110.794
Impacto de tributos sobre a destinação da receita financeira (acumulados desde 2015)	(7.551)	(7.205)
Dépósito judicial recebido em 2019 e pago (baixado do saldo da reserva) em 2020	-	1.013
Total desobrigações estatutárias relacionados aos ativos excluídos	104.214	104.602

2.3 Acordo com Conselho Administrativo de Defesa Econômica (CADE) para mercado de gás natural

Em 8 de julho de 2019, a Petrobras assinou Termo de Compromisso e Cessação com o CADE sobre a promoção de concorrência no setor de gás natural no Brasil, incluindo a venda de participações acionárias. O termo tem por objetivo preservar e proteger as condições concorrenciais, visando à abertura do mercado brasileiro de gás natural, incentivando a entrada de novos agentes nesse mercado, bem como suspender procedimentos administrativos instaurados pelo CADE. A Petrobras está se comprometendo a vender participação direta em transportadoras de gás natural e participação indireta em companhias distribuidoras de gás, seja vendendo sua participação de 51% na Gaspetro, seja vendendo suas participações indiretas nas companhias estaduais distribuidoras de gás natural canalizado até 31 de dezembro de 2021.

Em 27 de fevereiro de 2020, esse acionista informou que iniciou a etapa de divulgação da oportunidade ("teaser"), referente à venda da totalidade de sua participação de 51% na Petrobras Gás S.A. (Gaspetro). O "teaser" contém as principais informações sobre o processo e os critérios de elegibilidade para a seleção de potenciais participantes, que receberão carta-convite com instruções detalhadas sobre o processo de desinvestimento, incluindo orientações para a realização de due diligence e para o envio das propostas vinculantes.

Em 10 de junho de 2020, novo fato relevante foi publicado sobre o início da fase vinculante referente à venda da totalidade de sua participação na Gaspetro, mas o processo de desinvestimento ainda não foi concluído.

Essa operação não apresenta risco na continuidade operacional dos negócios da Companhia e suas afiliadas

3. Efeito do coronavírus (COVID-19) e ações de resiliência adotadas

Em função da pandemia do coronavírus (COVID-19), declarada pela Organização Mundial da Saúde (OMS) em 11 de março de 2020, as autoridades governamentais implementaram uma série de medidas para fazer frente aos efeitos econômicos colaterais, impostos por uma pandemia de dimensões crescentes e ainda incertas que paralisaram as atividades mundiais, auxiliando desta forma o setor produtivo.

A Companhia, por sua vez, anunciou providências para preservar a saúde de seus colaboradores e apoiar na prevenção ao contágio em suas áreas operacionais e administrativas, incluindo suas afiliadas. As iniciativas estão alinhadas às recomendações da OMS e do Ministério da Saúde e visam contribuir com os esforços de toda a população e das autoridades para mitigar os riscos da doença, incluindo o trabalho em home office, diminuição das rotinas de trabalho nas operações para reduzir o número de profissionais circulando e realização de reuniões virtuais (sala de crise) com os membros da diretoria e gerentes diretamente vinculados às questões em discussões sobre as atividades impactadas. É realizado o acompanhamento diário da evolução e repercussões ocorridas, bem como a avaliação da necessidade de novas medidas.

Apesar do restabelecimento gradual das atividades nos mercados de gás natural, há ainda um grau de incerteza que prevalece, advindos da pandemia.

Os principais eventos econômicos aos quais estaria exposta e que poderiam impactar as informações contábeis foram mapeados, subsidiando a revisão de políticas e estimativas para, caso sejam considerados relevantes, fossem evidenciados nessas demonstrações. O resumo destes eventos é apresentado a seguir:

- a matriz de prováveis utilizada para reconhecimento de perdas de crédito esperadas foi revisada, levando em consideração os efeitos prospectivos de aumento no risco de inadimplência de nossos clientes. Não foram identificados efeitos relevantes;

- avaliação sobre a recuperabilidade dos investimentos em função da atualização da gestão de portfólio e das premissas econômicas de médio e longo prazos da companhia. Não foram identificados efeitos relevantes.

Não há nenhuma expectativa de que os efeitos da pandemia, face à resposta do mercado e aos esforços para a implementação de uma política de vacinação nacional, impactem significativamente as operações e os resultados da Companhia.

4. Base de apresentação das demonstrações contábeis individuais e consolidadas

As demonstrações contábeis consolidadas estão sendo apresentadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil incluindo os pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e as normas internacionais de relatório financeiro (*International Financial Reporting Standards* - IFRS), emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB), e evidenciam todas as informações relevantes próprias das demonstrações contábeis, e somente elas, as quais correspondem às utilizadas pela Administração na sua gestão.

As demonstrações contábeis individuais diferem exclusivamente pela manutenção de saldo no Ativo Diferido em companhias afiliadas, que é permitido pelas práticas brasileiras atuais (Pronunciamento Técnico CPC 13), acarretando diferença entre a controladora e o consolidado com relação ao resultado, quando há amortização, e ao patrimônio líquido da Companhia. Essas demonstrações individuais são divulgadas em conjunto com as demonstrações contábeis consolidadas e estão sendo apresentadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil.

O Conselho de Administração da Companhia, em reunião realizada, em 22 de abril de 2021, autorizou a divulgação destas demonstrações contábeis individuais e consolidadas.

4.1. Demonstração do valor adicionado

As demonstrações do valor adicionado - DVA apresentam informações relativas à riqueza criada pela Companhia e a forma como tais riquezas foram distribuídas. Essas demonstrações foram preparadas de acordo com o CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado e para fins de IFRS são apresentadas como informação adicional.

4.2. Moeda funcional e moeda de apresentação

A moeda funcional da Gaspetro e de sua controlada é o real, que é a moeda de seu ambiente econômico de operação.

4.3. Estimativas e julgamentos relevantes

Considerando que a companhia adotou o método de abordagem de efeito cumulativo, os passivos de arrendamento foram mensurados ao valor presente dos pagamentos de arrendamento remanescentes, utilizando como taxas de desconto, taxas incrementais sobre emprestimos da controlada na data de adoção inicial.

5. Sumário das principais práticas contábeis

As práticas contábeis descritas abaixo foram aplicadas de maneira consistente pela Companhia nas demonstrações contábeis apresentadas, bem como os principais julgamentos e incertezas nas estimativas utilizadas na aplicação das práticas contábeis estão consistentes.

5.1. Novas normas e interpretações

Os principais normativos emitidos pelo IASB que ainda não entraram em vigor e não tiveram adoção antecipada até 31 de dezembro de 2020, são os seguintes:

Norma	Descrição	Data de vigência
<i>Interest Rate Benchmark Reform – Phase 2. Amendments to IFRS 9, IAS 39, IFRS 4 and IFRS 16</i>	Relacionado a reforma de taxas de juros – resultante das recomendações contidas no relatório do Financial Stability Board (FSB), estabelecendo novos requerimentos sobre a base para determinação dos fluxos de caixa contratuais dos ativos e passivos financeiros mensurados ao custo amortizado no escopo do IFRS 9. Alteram requerimentos relacionados a: controladora como adotante inicial dos IFRS; taxas a serem consideradas para avaliar o desconhecimento de um passivo financeiro; e fluxos de caixa para tributação ao mensurar o valor justo	1º de janeiro de 2021, aplicação retroativa com determinadas exceções
<i>Annual Improvements to IFRS Standards 2018-2020</i>	Atualizaram determinada referencia no IFRS 3 à estrutura conceitual mais recente, bem como inclui requerimentos adicionais relativos a obrigações no escopo dos pronunciamentos IAS 37, e IFRIC21. Adicionalmente, s emendas orientam que o comprador não deve reconhecer ativos contingentes adquiridos em uma combinação de negócios.	1º de janeiro de 2022, aplicação prospectiva
<i>Reference to the Conceptual Framework – Amendments to IFRS 3</i>	Alterações no IAS 37 estabelecendo o que compreende os custos de cumprimento de um contrato para avaliar se um contrato é oneroso	1º de janeiro de 2022, aplicação retroativa com determinadas exceções
<i>Onerous Contracts – Cost of Fulfilling a Contract Amendments to IAS 37</i>	Proibem deduzir o custo do imobilizado os valores recebidos pela venda de itens produzidos antes da colocação do ativo no local e condição necessária para o mesmo ser capaz de funcionar da forma pretendida pela administração.	1º de janeiro de 2022, aplicação retroativa com determinadas exceções
<i>Classification of Liabilities as Current or Non-current Amendments to IAS 1</i>	Estabelecem requerimentos para classificação de um passivo como circulante ou não circulante	1º de janeiro de 2023, aplicação prospectiva
<i>IFRS 17 – Insurance Contracts and Amendments to IFRS 17 Insurance Contracts</i>	Substitui o IFRS 4 e estabelece os requisitos que deem ser aplicados no reconhecimento e divulgação relacionados aos contratos de seguro e de resseguro	1º de janeiro de 2023, aplicação prospectiva

A Companhia está avaliando os efeitos da aplicação inicial dessas regras nas demonstrações financeiras consolidadas. Com relação à emenda que entrará em vigor a partir de 1º de janeiro de 2021, a Companhia não estima impactos da aplicação inicial.

5.2. Base de consolidação

As demonstrações contábeis consolidadas abrangem informações da Gaspetro e de sua controlada.

O controle é obtido quando a Gaspetro possui: i) poder sobre a investida; ii) exposição a, ou direitos sobre, retornos variáveis decorrentes de seu envolvimento com a investida; e iii) a capacidade de utilizar seu poder sobre a investida para afetar o valor de seus retornos.

As empresas controladas são consolidadas a partir da data em que o controle é obtido até a data em que esse controle deixa de existir, utilizando práticas contábeis consistentes às adotadas pela Companhia.

A nota explicativa 10.1 apresenta a Companhia consolidada, juntamente com os demais investimentos diretos. O processo de consolidação das contas patrimoniais e de resultado corresponde à soma dos saldos das contas de ativo, passivo, receitas e despesas, segundo a sua função, complementada com as eliminações das operações realizadas entre empresas consolidadas, bem como dos saldos e resultados não realizados economicamente entre as referidas empresas.

5.2.1. Reconciliação do patrimônio líquido e lucro líquido do consolidado com o da controladora

	Patrimônio líquido		Lucro líquido	
	2020	2019	2020	2019
Consolidado - IFRS / CPC	2.258.230	2.155.092	341.292	333.820
Saldo (amortização no exercício) do ativo diferido	-	1.274	(1.274)	-
Controladora - CPC	2.258.230	2.156.366	340.018	333.820

5.3. Instrumentos financeiros

Instrumento financeiro é qualquer contrato que dê origem a um ativo financeiro para a entidade e a um passivo financeiro ou instrumento patrimonial para outra entidade.

5.3.1. Ativos financeiros

a) Reconhecimento e mensuração inicial

Um ativo financeiro é reconhecido quando a entidade se tornar parte das disposições contratuais do instrumento. Exceto para contas a receber de clientes sem componente de financiamento significativo, os ativos financeiros são inicialmente mensurados a valor justo e, caso não sejam classificados como mensurados ao valor justo por meio do resultado, os custos de transação que sejam diretamente atribuíveis a sua aquisição ou emissão são adicionados ou reduzidos.

b) Classificação e mensuração subsequente

Ativos financeiros são geralmente classificados como subsequentemente mensurados ao custo amortizado, ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes ou ao valor justo por meio do resultado com base tanto: no modelo de negócios da entidade para a gestão dos ativos financeiros; quanto nas características de fluxo de caixa contratual do ativo financeiro, conforme segue:

- Custo amortizado: ativo financeiro (instrumento financeiro de dívida) cujo fluxo de caixa contratual resulta somente do pagamento de principal e juros sobre o principal em datas específicas e, cujo modelo de negócios objetiva manter o ativo com o fim de receber seus fluxos de caixa contratuais;

- Valor justo por meio de outros resultados abrangentes: ativo financeiro (instrumento financeiro de dívida) cujo fluxo de caixa contratual resulta somente do recebimento de principal e juros sobre o principal em datas específicas e, cujo modelo de negócios objetiva tanto o recebimento dos fluxos de caixa contratuais do ativo quanto sua venda, bem como investimentos em instrumento patrimoniais não mantidos para negociação nem contraprestação contingente, que no reconhecimento inicial, a companhia elegeu de forma irrevogável por apresentar alterações subsequentes no valor justo do investimento em outros resultados abrangentes; e

- Valor justo por meio do resultado: todos os demais ativos financeiros. Esta categoria geralmente inclui instrumentos financeiros derivativos.

5.3.2. Passivos Financeiros

a) Reconhecimento e mensuração inicial

Um passivo financeiro é reconhecido quando a entidade se tornar parte das disposições contratuais do instrumento e inicialmente mensurado a valor justo. Caso não seja classificado como mensurado ao valor justo por meio do resultado, os custos de transação que sejam diretamente atribuíveis a sua aquisição ou emissão reduzem ou aumentam esse valor.

b) Classificação e mensuração subsequente

Passivos financeiros são classificados como mensurados subsequentemente pelo custo amortizado, exceto em determinadas circunstâncias, que incluem determinados passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado.

Quando passivos financeiros mensurados a custo amortizado tem seus termos contratuais modificados e tal modificação não for substancial, seus saldos contábeis refletirão o valor presente dos seus fluxos de caixa sob os novos termos, utilizando a taxa de juros efetiva original. A diferença entre o saldo contábil do instrumento remensurado quando da modificação não substancial dos seus termos e seu saldo contábil imediatamente anterior a tal modificação é reconhecida como ganho ou perda no resultado do exercício.

5.4. Investimentos societários

Coligada é a entidade sobre a qual a Companhia possui influência significativa, definida como o poder de participar na elaboração das decisões sobre políticas financeiras e operacionais de uma investida, mas sem que haja o controle individual ou conjunto dessas políticas. A definição de controle é apresentada na Nota Explicativa 5.2.

Negócio em conjunto é aquele em que duas ou mais partes têm o controle conjunto estabelecido contratualmente, podendo ser uma operação em conjunto ou um empreendimento controlada em conjunto, dependendo dos direitos e obrigações das partes.

Enquanto em uma operação em conjunto, as partes integrantes têm direitos sobre os ativos e obrigações sobre os passivos relacionados ao negócio, em um empreendimento controlado em conjunto, as partes têm direitos sobre os ativos líquidos do negócio.

Nas demonstrações individuais, os investimentos em entidades Coligada, Controladas e empreendimentos controladas em conjunto são avaliados pelo método da equivalência patrimonial (MEP) a partir da data em que elas se tornam sua Coligada, Empreendimento Controlado em Conjunto e Controlada.

Os dividendos recebidos provenientes desses investimentos societários são registrados como uma redução do valor dos respectivos investimentos.

5.5. Combinação de negócios e goodwill

O método de aquisição é aplicado para as transações onde ocorre a obtenção de controle. Transações envolvendo empresas sob controle comum não configuram uma combinação de negócios.

O referido método requer que os ativos identificáveis adquiridos e os passivos assumidos sejam mensurados pelo seu valor justo. O montante pago, acima desse valor deve ser reconhecido como ágio por expectativa de rentabilidade futura (*goodwill*). Quando o custo de aquisição for menor que o valor justo dos ativos líquidos adquiridos, um ganho proveniente de compra vantajosa é reconhecido no resultado.

5.6. Imobilizado

Está demonstrado pelo custo de aquisição ou custo de construção, que compreende também os custos diretamente atribuíveis para colocar o ativo em condições de operação, deduzido da depreciação acumulada e perdas por redução ao valor recuperável de ativos (*impairment*).

As peças de reposição e sobressalentes com vida útil superior a um ano e que só podem ser utilizados em conexão com itens do ativo imobilizado são reconhecidos e depreciados junto com o bem principal.

Os outros bens do imobilizado são depreciados pelo método linear com base nas vidas úteis estimadas, que estão demonstradas por classe de ativo na Nota Explicativa 11.

5.7. Intangível

Está demonstrado pelo custo de aquisição, deduzido da amortização acumulada e perdas por redução ao valor recuperável de ativos (*impairment*). É composto por direitos e concessões que incluem, principalmente, concessões de serviços públicos, além de softwares e ágio (mais valia) decorrente de aquisição de participação com controle. Nas demonstrações contábeis individuais, este ágio é apresentado no investimento.

5.8. Ativo financeiro de concessão

No final do período de concessão da distribuição do gás, os bens e instalações vinculados ao serviço serão revertidos ao Poder Concedente, mediante indenização. A Companhia terá o direito de ressarcimento relativo aos investimentos realizados, observados os valores contábeis residuais e a data de sua incorporação ao patrimônio do Estado. Esses valores residuais são apresentados ao valor presente.

5.9. Redução ao valor recuperável de ativos - Impairment

A Companhia avalia anualmente os ativos imobilizado, intangível e investimento societários a fim de identificar indicativos de não recuperação do seu valor contábil. Os ativos que têm vida útil indefinida, como o ágio por expectativa de rentabilidade futura (*goodwill*), oriundos de uma combinação de negócios, têm a recuperação do seu valor testada anualmente, independentemente de haver indicativos de perda de valor.

Na aplicação do teste de redução ao valor recuperável de ativos, o valor contábil de um ativo ou unidade geradora de caixa é comparado com o seu valor recuperável. O valor recuperável é o maior valor entre o valor líquido de venda de um ativo e seu valor em uso. Considerando-se as particularidades dos ativos da Companhia, o valor recuperável utilizado para avaliação do teste é o valor em uso, exceto quando especificamente indicado.

O valor em uso é estimado com base no valor presente de fluxos de caixa futuros decorrentes do uso contínuo dos respectivos ativos, considerando as melhores estimativas da Companhia. Os fluxos de caixa são ajustados pelos riscos específicos e utilizam a taxa de desconto pré-imposto, que derivam do custo médio ponderado de capital (WACC) pós-imposto. As principais premissas dos fluxos de caixa são: preços baseados no último plano estratégico divulgado pela Petrobras, custos operacionais de mercado e investimentos necessários para realização dos projetos.

A reversão de perdas reconhecidas anteriormente é permitida, exceto com relação à redução no valor do ágio (*goodwill*).

Em 31 de dezembro de 2020 e 2019, após os testes de impairment, não houve necessidade de constituição de provisão para perda com relação aos ativos da Companhia.

5.10. Arrendamentos financeiros

A Companhia adota um único modelo de contabilização de arrendamentos no balanço patrimonial. Como arrendatário, a Companhia reconhece um ativo de direito de uso que representa o seu direito de utilizar o ativo arrendado e um passivo de arrendamento que representa a sua obrigação de efetuar pagamentos do arrendamento. Em 1º de janeiro de 2019 foi realizado o ajuste dos arrendamentos existentes na data de aplicação efetiva da alteração na norma contábil (CPC 06 / IFRS 16), evidenciado na demonstração das mutações do patrimônio líquido.

As Isenções opcionais estão relacionadas para arrendamentos de curto prazo e itens de baixo valor.

5.11. Provisões, ativos e passivos contingentes

As provisões são reconhecidas quando existir uma obrigação presente como resultado de um evento passado e seja provável que uma saída de recursos incluindo benefícios econômicos será necessária para liquidar a obrigação, cujo valor possa ser estimado de maneira confiável.

Os ativos e passivos contingentes não são reconhecidos nas demonstrações contábeis, porém passivos contingentes são objetos de divulgação em notas explicativas quando a probabilidade de saída de recursos for possível, inclusive aqueles cujos valores não possam ser estimados.

5.12. Imposto de renda e contribuição social

As despesas de imposto de renda e contribuição social do período compreendem os impostos correntes e diferidos.

a) Imposto de renda e contribuição social correntes

O imposto de renda e a contribuição social correntes são calculados com base no lucro tributável aplicando-se as alíquotas vigentes no final do período que está sendo reportado.

O imposto de renda e a contribuição social correntes são apresentados líquidos, por contribuinte, quando existe direito à compensação dos valores reconhecimentos e quando há intenção de liquidar em bases líquidas, ou realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

b) Imposto de renda e contribuição social diferidos

O imposto de renda e a contribuição social diferidos são calculados sobre as diferenças temporárias apuradas entre as bases fiscais de ativos e passivos e seus valores contábeis, na data do período que está sendo reportado. Impostos diferidos ativos são reconhecidos somente na proporção em que o lucro real futuro esteja disponível e contra o qual as diferenças temporárias possam ser utilizadas. Quando da existência de ativo fiscal diferido líquido, situação esta que ocorre quando o valor do ativo fiscal diferido supera o valor reconhecido como passivo fiscal diferido, relacionados ao mesmo ente contribuinte, o reconhecimento baseia-se em estudo técnico de rentabilidade futura, aprovado pela Administração da Companhia.

O imposto de renda e a contribuição social diferidos são determinados mediante aplicação das alíquotas (e legislação fiscal)

que estejam em vigor ao final do período que está sendo reportado e são apresentados líquidos, por contribuinte, quando existe direito à compensação dos ativos fiscais correntes contra os passivos fiscais correntes e os ativos fiscais diferidos e os passivos fiscais diferidos estão relacionados com tributo sobre o lucro lançados pela mesma autoridade tributária na mesma entidade tributável.

5.13. Capital social e remuneração aos acionistas

O capital social está representado por ações ordinárias e preferenciais.

Quando proposta pela Companhia a remuneração aos acionistas se dá sob a forma de dividendos e/ou juros sobre o capital próprio com base nos limites definidos em lei e no estatuto social da Companhia, sendo o benefício fiscal dos juros sobre o capital próprio reconhecido no resultado do exercício em que é deliberado.

A política de dividendos da Companhia está descrita na nota explicativa 17.5.

5.14. Reconhecimento de receitas, custos e despesas

A receita é reconhecida quando for provável que benefícios econômicos serão gerados para a Companhia e quando seu valor puder ser mensurado de forma confiável, compreendendo o valor justo da contraprestação recebida ou a receber pela comercialização de produtos e prestação de serviços, líquida dos descontos, impostos e encargos sobre vendas e serviços.

A receita pela venda de gás natural é reconhecida quando os riscos significativos e os benefícios de propriedade do gás são transferidos para o consumidor. Portanto, a Companhia adota como política de reconhecimento de receita a data em que o produto é entregue ao consumidor. Assim sendo, a Companhia reconhece como receita, o volume de gás efetivamente fornecido no mês, cujo faturamento aos clientes ocorrerá, parte no próprio mês e parte no mês subsequente, respeitando-se a provisão dos valores no regime de competência.

Conforme o ICPC 01 (R1), os valores investidos na construção da infraestrutura necessária para a distribuição do gás canalizado, registrados no ativo intangível, devem ser considerados como serviço prestado ao Poder Concedente. No momento da entrada em operação da infraestrutura é realizada a contabilização da receita pelo mesmo valor do investimento como serviço prestado ao Poder Concedente, ou seja, não há nenhuma margem para construção da infraestrutura.

As receitas e despesas financeiras incluem principalmente receitas de juros sobre aplicações financeiras e títulos públicos, despesas com juros sobre empréstimos concedidos e financiamentos, além das variações monetárias líquidas.

As receitas, custos e despesas são reconhecidas pelo regime de competência.

6. Estimativas e julgamentos relevantes

A preparação das demonstrações financeiras requer o uso de estimativas e julgamentos para determinadas operações e seus reflexos em ativos, passivos, receitas e despesas. As premissas utilizadas são baseadas no histórico e em outros fatores considerados relevantes, revisadas periodicamente pela administração e cujos resultados reais podem diferir dos valores estimados.

A seguir são apresentadas informações apenas sobre práticas contábeis e estimativas que requerem elevado nível de julgamento ou complexidade em sua aplicação e que podem afetar materialmente a situação financeira e os resultados da Companhia.

6.1. Definição das unidades geradoras de caixa para teste de recuperabilidade dos ativos (*impairment*)

Os investimentos em coligada e empreendimentos controladas em conjunto, incluindo o ágio (*goodwill*), são testados individualmente para fins de avaliação da sua recuperabilidade.

6.2. Estimativas relacionadas a processos judiciais e contingências

A Companhia é parte envolvida em diversos processos judiciais e administrativos envolvendo questões cíveis, fiscais, trabalhistas e ambientais decorrente do curso normal de suas operações, cujas estimativas para determinar os valores das obrigações e a probabilidade de saída de recursos são realizadas pela Gaspetro com base em pareceres de seus assessores jurídicos e nos julgamentos da Administração (nota explicativa 22).

6.3. Tributos diferidos sobre o lucro

A Companhia utiliza de julgamentos para determinar o reconhecimento e o valor dos tributos diferidos nas demonstrações contábeis. Os ativos fiscais diferidos são reconhecidos se for provável a existência de lucros tributáveis futuros. A determinação do reconhecimento de ativos fiscais diferidos requer a utilização de estimativas contidas no Plano de Negócios e Gestão (PNG) para o Sistema Petrobras, que anualmente é aprovado pelo Conselho de Administração.

6.4. Perdas esperadas de crédito

São monitoradas regularmente pela Administração, sendo constituídas em montante considerado suficiente para cobrir perdas na realização das contas a receber. As evidências de perdas consideradas na avaliação incluem: casos de dificuldades financeiras significativas, cobrança judicial, pedido de falência ou recuperação judicial e outros.

7. Caixa e equivalentes de caixa

	Consolidado		Controladora	
	2020	2019	2020	2019
Caixa e bancos	2.834	104	20	5
Aplicações financeiras de curto prazo – No País				
Fundos de investimentos DI (*)	32.522	56.738	32.522	56.738
Total de caixa e equivalentes de caixa	35.356	56.842	32.542	56.743

(*) Os fundos de investimentos representam aplicações financeiras de renda fixa, com liquidez imediata e insignificante risco de mudança de valor.

8. Contas a receber

8.1. Ativos financeiros – recebíveis (FIDC)

Representam recursos aplicados em quotas seniores do Fundo de Investimento em Direitos Creditórios Não Padronizados (FIDC-NP). O FIDC-NP é destinado preponderantemente à aquisição de direitos creditórios performados e/ou não performados de operações realizadas por subsidiárias e controladas, exclusivo do Sistema Petrobras. A aplicação desses recursos no FIDC-NP é tratada como "valor justo por meio do resultado", considerando que o patro desse fundo é principalmente, em direitos creditórios adquiridos.

	Consolidado		Controladora	
	2020	2019	2020	2019
Recebíveis de ativos financeiros	144.366	146.140	30.880	58.212
Circulante	144.366	146.140	30.880	58.212

8.2. Contas a receber, líquidas

	Consolidado		Controladora	
	2020	2019	2020	2019
Terceiros	64.303	82.437	-	-
Perdas de crédito esperadas - PCE	(8.235)	(8.680)	-	-
Subtotal dos valores a receber de terceiros	56.068	73.757	-	-
Dividendos e JSCP a receber (Nota explicativa 14)	136.019	77.361	136.019	77.361
Partes relacionadas (Nota explicativa 14)	2.412	2.060	2.412	2.060
Total contas a receber, líquidas	194.499	153.178	138.431	79.421
Circulante	181.242	143.235	125.285	70.048
Não circulante	13.257	9.943	13.146	9.373

8.3. Movimentação das Perdas de crédito esperadas - PCE

	Consolidado	
	2020	2019
Saldo em 1º de janeiro de 2019	(9.183)	(200)
Adição	703	
Baixa	(8.680)	(60)
Saldo em 31 de dezembro de 2019	505	(8.235)
Adições		
Baixas		
Saldo em 31 de dezembro de 2020		

9. Ativo financeiro de concessão

	Consolidado	
	2020	2019
Ativo não circulante	11.087	8.688
Servidão de passagem	611	537
Terrenos	53.319	38.107
Redes	1.696	1.498
Edificações	2.903	2.089
Estações	69.616	50.919
Total ativo financeiro da concessão	87.336	72.935

Referem-se a ativos que serão revertidos para o poder concedente ao final do contrato de concessão, procedendo-se aos levantamentos, avaliações e determinação do montante da indenização devida, observados os valores contábeis e as datas de sua incorporação ao patrimônio do Estado.

Estes ativos estão descontados a valor presente no reconhecimento inicial a uma taxa média de 10,05% ao ano. Esta taxa tem como base Nota Técnica do órgão regulador (ARSESP), que objetiva apresentar a taxa do custo médio ponderado de capital (WACC) a ser aplicado no cálculo das tarifas. Considerando que a expansão, operação e manutenção das redes se financiam com capitais próprios, a Administração entende como prudente a utilização da taxa WACC regulatória como fator de desconto dos bens a serem indenizáveis ao final do Contrato de Concessão.

10. Investimentos

10.1. Investimentos diretos (Controladora)

	% de Participação direta da Gaspetro	% no Capital votante	Patrimônio líquido (*)	Lucro líquido do período (*)
Empresa Controlada				
GasBrasiliano Distribuidora S.A.	100,00%	100,00%	524.482	79.275
Empresas controladas em conjunto				
Gás de Alagoas S.A. - ALGAS	41,50%	24,50%	91.399	19.594
Companhia de Gás da Bahia - BAHIAGÁS	41,50%	24,50%	607.979	41.231
CEG Rio S.A.	37,41%	26,19%	390.215	127.387
Companhia de Gás do Ceará - CEGÁS	41,50%	24,50%	230.832	68.877
Companhia Paranaense de Gás - COMPAGÁS	24,50%	24,50%	489.285	71.055
Companhia Maranhense de Gás - GASMAR	23,50%	21,00%	22.037	15.285
Companhia Paraibana de Gás - PBGÁS	41,50%	24,50%	66.846	3.809
Companhia Potiguar de Gás - POTIGÁS	83,00%	49,00%	74.383	8.052
Companhia de Gás Est. Mato Grosso do Sul - MSGÁS	49,00%	49,00%	113.472	94.460
Companhia de Gás de Santa Catarina - SCGÁS	41,00%	23,00%	383.840	73.935
Sergipe Gás S.A. - SERGÁS	41,50%	24,50%	129.799	74.962
Companhia Pernambucana de Gás - COPERGÁS	41,50%	24,50%	312.118	72.757
Companhia de Gás do Rio Grande do Sul - SULGÁS	49,00%	49,00%	213.003	91.321
Companhia de Gás do Amapá - GASAP (**)	37,25%	24,50%	-	-
Companhia Rondoniense de Gás - RONGAS (**)	41,50%	24,50%	-	-
Companhia de Gás do Piauí - GASPIISA (**)	37,25%	24,50%	-	-
Companhia Brasileira de Gás - CEBGÁS (**)	32,00%	21,00%	-	-
Agência Goiânia de Gás Canalizado S.A. - GOIASGAS (**)	30,46%	19,50%	-	-

(*) Para a avaliação dos investimentos pelo método de equivalência, foram utilizadas demonstrações contábeis para o período de 12 meses (defasagem de 30 dias). O cálculo da equivalência patrimonial observa os procedimentos contábeis da Gaspetro (*Holding*).

(**) Conforme o CPC 18 R2 Parágrafo 38, quando a participação do investidor nos prejuízos do período da coligada ou do empreendimento controlado em conjunto se igualar ou exceder o saldo contábil de sua participação na investida, o investidor deve descontinuar o reconhecimento de sua participação. Neste caso não há saldo contábil relativo a estes investimentos.

10.2. Mutação dos investimentos (Controladora)

	Saldo em 31.12.2019	Resultado de particip. em investimentos	Dividendos e JSCP	Aporte de capital	Resultado abrangente	Amortização/ impairment	Saldo em 31.12.2020
Subsidiária e controlada							
GasBrasilião Distribuidora S.A. (a)	505.266	79.276	(43.738)	-	-	(1.646)	539.158
Empreend. controlados em conjunto e coligadas							
Companhia de Gás da Bahia - BAHIA GÁS (a)	360.455	17.111	(29.624)	-	-	-	347.942
Companhia de Gás de Santa Catarina SCGÁS (a)	196.420	30.313	(8.298)	-	-	-	218.435
Companhia Pernambucana de Gás - COPERGÁS (a)	215.778	30.194	(54.300)	-	-	-	191.672
CEG-Rio S.A. (a)	173.446	47.650	(47.001)	-	-	-	174.095
Companhia de Gás do Rio Grande do Sul - SULGÁS (a)	151.355	44.747	(40.022)	-	-	-	156.080
Companhia Potiguar de Gás - POTIGÁS (a) (b)	10.570	6.682	(17.252)	-	-	-	-
Outras participações (a)	411.865	136.693	(87.137)	848	(313)	(848)	461.108
Total dos investimentos	2.025.155	392.666	(327.372)	848	(313)	(2.494)	2.088.490
Efeito dos tributos (PIS/COFINS) sobre o JSCP no resultado (c):	(5.558)						Investimento em companhia controlada: (539.158)
Equivalência patrimonial (resultado) com reflexo dos tributos sobre JSCP:	387.108						Saldo nas demonstrações consolidadas: 1.549.332
Equivalência de empresa controlada eliminada da consolidação:	(79.276)						
Reversão da baixa do ativo diferido no resultado (controladora):	1.274						
Equivalência patrimonial (resultado) nas demonstrações consolidadas:	309.106						

	Saldo em 31.12.2018	Resultado de particip. em investimentos	Dividendo	Aporte de capital	Resultado abrangente	Amortização/ adoção CPCs e JSCP	Saldo em 31.12.2019
Subsidiária e controlada							
GasBrasilião Distribuidora S.A. (a)	500.446	48.444	(41.978)	-	-	(1.646)	505.266
Empreend. controladas em conjunto e coligadas							
Companhia de Gás da Bahia - BAHIA GÁS (a)	344.445	48.198	(32.188)	-	-	-	360.455
Companhia de Gás de Santa Catarina SCGÁS (a)	173.133	31.577	(8.290)	-	-	-	196.420
Companhia Pernambucana de Gás - COPERGÁS (a)	170.920	91.077	(46.219)	-	-	-	215.778
CEG-Rio S.A. (a)	177.330	33.747	(37.631)	-	314	(314)	173.446
Comp. de Gás do Rio Grande do Sul - SULGÁS (a)	142.451	42.414	(33.510)	-	-	-	151.355
Companhia Potiguar de Gás - POTIGÁS (a) (b)	32.271	(9.333)	(12.368)	-	-	-	10.570
Outras participações (a)	355.342	101.348	(44.707)	1.030	46	-	411.865
	(1.194)	411.865					
Total dos investimentos	1.896.338	387.472	(256.891)	1.030	360	(3.154)	2.025.155
Efeito dos tributos (PIS/COFINS) sobre o JSCP no resultado (c):	(6.938)						Investimento em companhia controlada: (505.266)
Equivalência patrimonial (resultado) com reflexo dos tributos sobre JSCP:	380.534						Diferença PL da controladora e consolidado: (1.274)
Equivalência de empresa controlada eliminada da consolidação:	(48.444)						Saldo nas demonstrações consolidadas: 1.518.615
Efeito da despesa de amortização de ágio no resultado de equivalência:	(1.030)						
Equivalência patrimonial (resultado) nas demonstrações consolidadas:	331.060						

(a) O saldo inclui a reclassificação do ágio do ativo intangível para o investimento em função do parágrafo 28, correspondente ICPC 09, cujo valor registrado na GasBrasilião o ágio (mais valia) é de R\$14.676 e nos empreendimentos em conjunto o ágio (goodwill) no valor de R\$ 213.019, totalizando R\$227.695.

(b) Face a eventual obrigação de reconhecimento de pretensa dívida relacionada a implementação do Programa de Apoio ao Desenvolvimento Industrial pelo Incentivo de Gás Natural- PROGÁS (glosas no subsídio do PROGÁS nas faturas da Petrobras) e em decorrência ação judicial movida pela Petrobras em desfavor do Estado do Rio Grande do Norte, primeira Ré, e da POTIGÁS, a Gaspetro efetuou o reconhecimento prévio de baixa de R\$53.590 (em 2015), bem como da atualização dessa provisão no montante de R\$26.161 (2019) e R\$2.617 (2020), perfazendo um montante total de R\$82.368. Este incentivo consistia na concessão de subsídio no preço de venda de gás à determinadas empresas enquadradas em de quantia equivalente à redução do valor das licenças ambientais devidas pela Petrobras, que deveriam ser financeiramente compensadas. O valor da provisão está limitada ao saldo do investimento para esta afiliada.

(c) A equivalência patrimonial contabilizada nas "Investimentos" (Ativo) não inclui o impacto do PIS/COFINS incidentes sobre os juros sobre capital próprio propostos pelas investidas, que é registrado como uma dedução do resultado de equivalência patrimonial no Resultado do Exercício.

10.3. Informações sobre a controlada

GasBrasilião Distribuidora S.A. - Constituída em 1999, tem por objeto social preponderante a exploração, mediante concessão, dos serviços de distribuição de gás canalizado na área noroeste do Estado de São Paulo, para atendimento dos setores industrial, residencial, comercial, gás natural veicular, termo geração e cogeração. O Contrato de Concessão foi assinado em 10 de dezembro de 1999 entre o Poder Concedente (representado pela Agência Reguladora de Saneamento e Energia do Estado de São Paulo - ARSESP) e a GasBrasilião, com prazo de vigência de 30 anos, podendo ser prorrogado por uma única vez por 20 anos, mediante requerimento da GasBrasilião, a critério do poder concedente.

10.4. Informações contábeis resumidas de controlada, controladas em conjunto e coligadas

As informações contábeis resumidas das companhias investidas operacionais são as seguintes:

	31.12.2020 (*)								
	GasBrasilião	Bahia Gás	Scq Gás	Coper Gás	CEG-Rio	Sul Gás	Poti Gás	Outros	Total
Ativo circulante	232.182	496.119	217.840	358.588	502.124	192.584	51.544	837.307	2.888.288
Ativo realiz. l. prazo	128.911	69.347	202.704	39.978	61.373	51.986	2.898	526.963	1.084.160
Imobilizado	2.145	18.065	5.442	9.089	-	6.259	1.990	27.755	70.745
Intangível	255.769	390.721	211.619	204.206	636.910	171.147	47.781	549.806	2.467.959
Total do ativo	619.007	974.252	637.605	611.861	1.200.407	421.976	104.213	1.941.831	6.511.152
Passivo circulante	78.455	269.074	159.961	249.817	415.372	201.052	22.957	530.024	1.926.712
Passivo não circulante	16.070	97.199	93.804	49.927	394.820	7.921	6.873	268.137	934.751
Patrimônio líquido	524.482	607.979	383.840	312.117	390.215	213.003	74.383	1.143.670	3.649.689
Total do passivo + PL	619.007	974.252	637.605	611.861	1.200.407	421.976	104.213	1.941.831	6.511.152
Receita operac.									
Líquida	425.532	1.657.196	890.148	962.155	1.964.791	793.865	126.571	1.630.334	8.450.592
Lucro período	79.275	41.231	73.935	72.757	127.387	91.321	8.052	348.043	842.001
Percentual de participação - %	100,0%	41,50%	41,00%	41,50%	37,41%	49,00%	83,00%	23,5% a 49,0%	

	31.12.2019 (**)								
	GasBrasilião	Bahia Gás	Scq Gás	Coper Gás (**)	CEG-Rio	Sul Gás	Poti Gás	Outros	Total
Ativo circulante	193.430	541.098	185.155	428.482	519.355	197.720	48.717	843.132	2.957.089
Ativo realiz. l. prazo	121.104	46.205	229.973	30.580	35.067	83.350	3.488	603.531	1.153.298
Imobilizado	4.466	-	4.495	-	-	-	-	4.767	13.728
Intangível	276.060	377.126	193.085	167.407	646.695	169.207	50.816	598.040	2.478.436
Total do ativo	595.060	964.429	612.708	626.469	1.201.117	450.277	103.021	2.049.470	6.602.551
Passivo circulante	61.357	254.078	220.494	202.920	560.041	206.730	16.748	514.951	2.037.319
Passivo não circulante	17.759	82.969	53.865	8.645	259.363	32.917	7.129	564.447	1.027.094
Patrimônio líquido	515.944	627.382	338.349	414.904	381.713	210.630	79.144	970.072	3.538.138
Total do passivo + PL	595.060	964.429	612.708	626.469	1.201.117	450.277	103.021	2.049.470	6.602.551
Receita operac. líquida	537.965	2.149.096	945.505	1.049.819	2.521.853	856.678	209.246	2.649.839	10.920.001
Lucro exercício	48.442	116.138	77.015	219.465	90.218	86.559	20.276	314.881	972.994
Percentual de participação - %	100,0%	41,50%	41,00%	41,50%	37,41%	49,00%	83,00%	23,5% a 49,0%	

(*) As informações contábeis e financeiras da controlada e dos empreendimentos controlados em conjunto são consideradas com defasagem de 30 (trinta) dias nas informações contábeis individuais e consolidadas da Gaspetro.

(**) Em 2019, a Coper Gás conclui a negociação de processo arbitral relativo ao segmento térmico que acarretou o ingresso financeiro de R\$183.743 mil, impactando o resultado de equivalência proveniente da afiliada.

A consolidação das informações contábeis e o registro da equivalência patrimonial das afiliadas é realizado com a defasagem de 30 (trinta) dias, englobando o período de 12 (doze) meses entre dezembro do ano anterior até o mês de novembro do mesmo exercício social da Gaspetro.

10.1. Informações sobre controladas em conjunto

CEGRIO S.A. – Em 30 de dezembro de 2020, foi proferida a Deliberação nº 4.163 da Agência Reguladora de Energia e Saneamento Básico do Estado do Rio de Janeiro – AGENERSA, a qual reconheceu o direito da CEGRIO em reajustar a tarifa, no percentual de 24,52%, com vigência a partir de 01 de janeiro de 2021, bem como, considerando os efeitos da pandemia, autorizou que a Companhia procedesse com o reajuste de forma escalonada ao longo do ano. Adicionalmente, a deliberação determinou a escrituração contábil paralela, em formato de conta gráfica, para comparação dos valores efetivamente arrecadados com aqueles que seriam devidos se o realinhamento tarifário fosse feito pela adoção dos percentuais ordinários de atualização monetária. Havendo impacto, o mesmo será lançado como compensação no exercício de 2022.

Em 10 de março de 2021, com relação à quarta revisão quinzenal tarifária (quinquênio 2018-2022), a CEGRIO apresentou ao longo do processo uma ampla oferta técnica de subsídios, estudos de consultorias especializadas e argumentos jurídicos robustos para defender suas propostas. No entanto, Conselho Diretor da AGENERSA, por maioria de votos e uma abstenção, não acatou os pleitos e publicou deliberação com uma redução na ordem de 84% em sua margem tarifária. Em 26 de março, por meio do Ofício AGENERSA/SCEXEC SEI Nº320, a Companhia foi cientificada da decisão de suspensão dos efeitos e os prazos processuais da referida Deliberação. Não obstante, a CEGRIO e seus assessores legais entendem que a Deliberação não coaduna com a melhor prática legal e, se necessário, apresentará, oportunamente, seus argumentos para a reforma da decisão.

Companhia de Gás da Bahia – Bahiagás – Em dezembro de 2002 a Braskem ajuizou ações judiciais postulando o fornecimento de 1.200.000 m3/dia de gás natural canalizado. Em grau de Recursos Especiais, o Superior Tribunal de Justiça (STJ) decidiu: (a) obrigar a Bahiagás a fornecer 1.200.000 m3/dia; (b) reduzir a multa diária pelo não fornecimento de gás para R\$20; (c) estabelecer que o momento inicial da referida multa se dará após o transitio em julgado do Acórdão e depois que a Bahiagás for formalmente intimada para cumprir o fornecimento e não fazê-lo. Decisão transitada em julgado no âmbito do STJ. Impetrado Mandado de Segurança pela Bahiagás. Resta pendente também o julgamento de Agravo em Recurso Extraordinário interposto pela Bahiagás visando a admissibilidade do recurso.

Decorrente da decisão judicial proferida nos autos da Ação Declaratória, a qual estabeleceu o dever da Bahiagás de indenizar a Braskem pelos danos emergentes e lucros cessantes decorrentes da redução dos volumes fornecidos pela Bahiagás àquela empresa, foi requerida Ação de Liquidação de Sentença. Tal pedido foi contestado sob o argumento, entre outros, de que não há comprovação de efetivo dano decorrente da redução do fornecimento do gás natural, estando atualmente distribuído à 7ª Vara de Relações de Consumo da Comarca de Salvador/BA, em fase de perícia técnica, com laudo pericial desfavorável à Companhia, questionado pelas partes, e que ainda não foi apreciado em decisão judicial.

Caso haja eventual impacto decorrente de novos desdobramentos, o mesmo poderá ser lançado como compensação no exercício em que for incorrido, respaldada por deliberação da Bahiagás.

11. Imobilizado

	Consolidado			Controladora	
	Edificações e benfeitorias	Equipamentos e outros bens	Arrendamentos (direito de uso)	Equipamentos e outros bens	Total
Movimentação					
Saldo em 1º de janeiro de 2019	1.674	756	-	136	136
Adição	-	76	4.669	-	-
Baixa	(16)	-	(264)	-	-
Depreciação	(366)	(395)	(1.565)	(33)	(33)
Saldo em 31 de dezembro de 2019	1.292	437	2.840	103	103
Adição	21	-	123	-	-
Depreciação	(383)	(242)	(1.873)	(33)	(33)
Saldo em 31 de dezembro de 2020	930	195	1.090	70	70
Composição					
Custo	3.845	1.677	4.458	173	173
Depreciação acumulada	(2.553)	(1.240)	(1.618)	(70)	(70)
Saldo em 31 de dezembro de 2019	1.292	437	2.840	103	103
Custo	3.866	1.677	4.581	173	173
Depreciação acumulada	(2.936)	(1.482)	(3.491)	(103)	(103)
Saldo em 31 de dezembro de 2020	930	195	1.090	70	70
Tempo de vida útil médio ponderado em anos	20	5	2 a 3	10	

12. Intangível

12.1. Por tipo de ativos

	Consolidado	
	Movimentação	Distribuição de gás (b)
Saldo em 1º de janeiro de 2019		296.302
Adições		7.426
Baixas		(1.166)
		13.450
Amortização		(23.630)
Saldo em 31 de dezembro de 2019		292.382
Adições		8.736
Baixas		(34)
Transferências		(2.723)
Amortização		(27.916)
Saldo em 31 de dezembro de 2020		270.445
Conciliação		
Custo		465.275
Amortização acumulada		(172.893)
Saldo em 31 de dezembro de 2019		292.382
Custo		461.492
Amortização acumulada		(191.047)
Saldo em 31 de dezembro de 2020		270.445
Tempo de vida útil estimado - anos (a)		10 a 30

(a) O percentual de amortização é limitado ao prazo de concessão ou vida útil da infraestrutura, o que for menor.
(b) Incluem as transferências de Ativo Financeiro de Concessão da GasBrasilião, reembolsáveis pelo Poder Concedente no final da concessão (nota explicativa nº 12.2)

12.2. Concessão de serviços de distribuição de gás natural canalizado

A Companhia controla a GasBrasilião e exerce o controle conjunto sobre 18 distribuidoras estaduais de gás, avaliadas pelo método de equivalência patrimonial que possuem contratos de concessão públicos celebrados com os respectivos Governos Estaduais.

Essas companhias reconhecem como intangível o direito de cobrar dos usuários uma tarifa de distribuição em função da infraestrutura para fornecimento de gás vinculados à prestação do serviço especificado nos contratos de concessão.

Os contratos de concessão têm prazos de 30 ou 50 anos, cujas atividades iniciaram-se em diferentes períodos, fazendo uso de gasodutos construídos ou adquiridos de terceiros para atender ao serviço de distribuição de gás natural.

A tarifa de serviços de distribuição consiste na combinação dos seguintes componentes: (i) custo do gás (pass through); (ii) custos e despesas operacionais; e (iii) remuneração do capital investido composto do custo da construção da infraestrutura, cujos reajustes são praticados de modo a refletir as mudanças na estrutura de custo da operação, do impacto dos investimentos em construção e/ou de indicadores de preços ao consumidor, respeitada a fórmula econômica paramétrica definida nos respectivos contratos de concessão.

O custo de construção adicion

20. Custos e Despesas por natureza

	Consolidado		Controladora	
	2020	2019	2020	2019
Matéria-prima e produtos para revenda	299.977	405.403	-	-
Gastos com pessoal e administradores (GOG)	62.375	59.413	36.349	32.930
Depreciação e amortização	30.414	27.216	1.679	1.679
Materiais, fretes, alugueis e outros (GOG)	12.920	10.014	3.043	3.313
Serviços de terceiros (GOG)	21.395	22.253	5.778	6.905
Perdas esperada de crédito	(445)	(437)	-	-
Tributárias	425	1.247	182	379
Outros despesas (receitas), líquidas	(33.794)	10.383	850	2.608
Total custos e despesas por natureza	393.267	535.492	47.881	47.814
Na Demonstração do Resultado:				
Custo dos produtos e serviços prestados	344.531	445.193	-	-
Despesas com vendas	10.135	11.570	-	-
Despesas gerais e administrativas	71.970	67.099	46.849	44.827
Tributárias	425	1.247	182	379
Outros despesas (receitas), líquidas	(33.794)	10.383	850	2.608
Total custos e despesas por natureza	393.267	535.492	47.881	47.814

GOG: Gastos operacionais gerenciáveis

21. Resultado financeiro líquido

	Consolidado		Controladora	
	2020	2019	2020	2019
Receita com aplicações financeiras	698	2.271	698	2.271
Receita com recebíveis de ativos financeiros	12.874	13.566	705	2.129
Atualização dos ativos excluídos	974	2.078	974	2.078
Atualização de débitos - processo de cisão	-	(2.308)	-	(2.308)
Outras receitas (despesas) financeiras, líquidas	1.762	(2.323)	(1.452)	(2.981)
Total resultado financeiro líquido	16.308	13.284	924	1.189
Na Demonstração do Resultado:				
Receitas	18.099	17.444	1.404	4.420
Despesas	(858)	(641)	(159)	(10)
Variáveis monetárias, líquidas	(933)	(3.519)	(321)	(3.221)
Total resultado financeiro líquido	16.308	13.284	924	1.189

22. Processos judiciais e contingências
22.1. Depósitos judiciais

	Consolidado		Controladora	
	2020	2019	2020	2019
Ativo não circulante				
Trabalhistas		184		-
Cíveis	794	816	794	794
	794	1.000	794	794

22.2. Processos judiciais provisionados

A Companhia constituiu provisões em montante suficiente para cobrir as perdas consideradas prováveis e confiavelmente estimáveis.

Os valores provisionados são os seguintes:

	Consolidado	
	2020	2019
Passivo não circulante		
Trabalhistas	-	407
Cíveis	13.918	14.001
	13.918	14.408
Saldo inicial	14.408	8.731
Adições (Baixas), líquidas	(490)	5.677
Saldo final	13.918	14.408

22.3. Passivos contingentes

Os processos judiciais que constituem obrigações presentes cuja saída de recursos não é provável ou que não possam ser feitas através de uma estimativa suficientemente confiável do valor de saída de recursos (contingências possíveis) não são reconhecidos, mas são divulgados, a menos que seja remota a possibilidade de saída de recursos.

Todos os processos administrativos e judiciais da controladora, que não estão vinculados ao segmento de distribuição de gás natural, são de responsabilidade do acionista Petróleo Brasileiro S.A. – Petrobras, em face das disposições contidas no Contrato de Compra e Venda de Ações (CCVA) celebrado em dezembro de 2015. O valor dessas contingências, com expectativa de perda julgada possível, pode ser detalhada da seguinte forma:

	Consolidado	
	2020	2019
Tributários	44.068	
Outros	113	
	44.181	

O quadro a seguir detalha as principais causas de natureza tributária, cuja expectativa de perda está classificada como possível, mas que não impactam e não impactarão o resultado da companhia:

Descrição do processo de natureza tributária	Estimativa
	Autor: Receita Federal do Brasil
Processo administrativo que alega a ausência de comprovação da dedutibilidade de parte dos custos/despesas. Auto de infração lavrado para a cobrança de IRRF, à alíquota de 35%, nos termos do art. 61 da Lei nº 8.981/95, já que supostamente configuraria "pagamentos sem causa" (nº 15540.720332/2017-21)	33.155
Processo judicial relativo a cobrança de débitos tributários não quitados, em decorrência da compensação não homologada pela RFB (nº 5036696-77.2020.4.02.5101)	5.059
Outros processos	5.854
	44.068

22.4. Contingências Ativas
a) Recuperação de PIS e COFINS

A Companhia ajuizou ação ordinária contra a União referentes à recuperação, por meio de compensação/restituição, dos valores recolhidos a título de PIS sobre receitas financeiras e variações cambiais ativas, no período compreendido entre fevereiro de 1999 e dezembro de 2002, e COFINS compreendido entre fevereiro de 1999 a janeiro de 2004, considerando a inconstitucionalidade do § 1º do art. 3º da Lei 9.718/98.

Em 9 de novembro de 2005, o Supremo Tribunal Federal considerou inconstitucional o mencionado § 1º do art. 3º da Lei 9.718/98. Em 9 de janeiro de 2006, devido à decisão definitiva do STF, a Gaspetro ajuizou nova ação visando recuperar os valores de COFINS referentes ao período de janeiro de 2003 a janeiro de 2004.

Com a cisão parcial ocorrida em dezembro de 2015 (Nota explicativa 2.1), esses ativos, apesar de não estarem relacionados ao segmento de distribuição de gás e foram classificados como Ativos Excluídos, cujos resultados e reflexos financeiro estão diretamente relacionados a ação preferencial Classe B, do acionistas Petrobras.

Em 31 de dezembro de 2020, o valor de R\$ 109.748 (R\$ 108.813 em 31 de dezembro de 2019), relativo à citada ação judicial, está refletido como impostos em litígio nestas demonstrações contábeis individuais e consolidadas em razão da decisão transitada em julgado em 2014.

b) Títulos e valores mobiliários

Referem-se a títulos públicos recebidos pela Sociedade, por ocasião das alienações de participações societárias no âmbito do Programa Nacional de Desestatização (PND), que encontram-se bloqueados junto à Secretaria de Tesouro Nacional (STN) desde 1997, atendendo decisão judicial na ação Popular nº 93.00.08452-6 que tramita na 15ª Vara Federal de Brasília (Ação Popular nº 93.00.08452-6). Em 14 de novembro de 2006, a Companhia protocolou, na qualidade de Terceiro Prejudicado requerimento junto ao STN visando o desbloqueio dos TDAs, de modo a possibilitar a permuta por NTN-P.

A eventual atualização monetária é efetuada com base na rentabilidade desses títulos junto à (STN).

c) Exclusão de ICMS na base de cálculo de PIS e COFINS

O Supremo Tribunal Federal (STF) definiu em decisão publicada em outubro de 2017, que o ICMS não integra a base de cálculo de PIS e COFINS. Esta, decisão, a princípio, não é passível de ser alterada. No entanto, a União opôs embargos de declaração no mesmo mês, buscando, além das alteração do conteúdo decisório, modular os efeitos da decisão e definir qual o ICMS a ser retirado da base de cálculo do PIS e da COFINS, se o destacado na nota ou o a recolher, ainda pendente de julgamento.

A GasBrasiliano ingressou, em junho de 2020, com ação declaratória que tramita perante a 1ª Vara Federal de Araraquara/SP,

tendo obtido decisão antecipatória favorável (antecipação de tutela – liminar). A partir deste mês, a Companhia passou a excluir o ICMS da base de cálculo do PIS e da COFINS quando da apuração destes tributos, contudo, como a tarifa praticada na venda do gás é regulada, a Companhia está contabilizando estes montantes no passivo e aguardando o posicionamento do Órgão Regulador para tratar este efeito também na tarifa.

Adicionalmente, a controlada GasBrasiliano ingressou em julho de 2020 com ação de repetição de indébito, abrangendo o período passado, adstrito ao prazo prescricional.

Considerando que os ativos contingentes não são reconhecidos contabilmente, ou seja, já que a entrada de benefícios econômicos ainda é considerada apenas como provável, a companhia está efetuando a necessária divulgação em notas explicativas - ainda pendem discussões judiciais acerca da metodologia de cálculo para apuração do crédito e a necessidade de transitio em julgado sobre o valor do indébito. Caso a entrada de benefícios econômicos seja tida como praticamente certa, o ativo relacionado deixará de ser um ativo contingente e seu reconhecimento passará a ser adequado.

A controlada GasBrasiliano está apurando os valores a serem recuperados, bem como os eventuais impactos em suas demonstrações financeiras, e, oportunamente, após a maturação sobre a discussão do valor executado, fará a sua divulgação.

23. Gerenciamento de riscos

A gestão da Gaspetro é realizada por seus diretores, com base na política corporativa para gerenciamento de riscos da sua controladora Petrobras. Esta política visa contribuir para um balanço adequado entre os seus objetivos de crescimento e retorno e seu nível de exposição a riscos, quer inerentes ao próprio exercício das suas atividades, quer decorrentes do contexto em que ela opera, de modo que, através da alocação efetiva dos seus recursos físicos, financeiros e humanos, a Companhia possa atingir suas metas estratégicas.

Eventuais efeitos inerentes à pandemia do Coronavírus (COVID-19) estão descritos na Nota explicativa 3.

As operações da Companhia e suas investidas estão sujeitas aos fatores de riscos abaixo descritos:

23.1. Risco cambial

O risco cambial decorre da possibilidade de existência de oscilações de taxas de câmbio das moedas estrangeiras utilizadas pela sua controlada e suas investidas para a aquisição gás natural. A Companhia e suas investidas avaliam permanentemente essas oscilações, na medida em que essas possam impactar significativamente seus fluxos financeiros.

23.2. Risco de taxa de juros

A Companhia e sua controlada, preferencialmente, não utiliza instrumentos financeiros derivativos para gerenciar a exposição às flutuações das taxas de juros, em função da inexistência de dívidas e/ou por não acarretarem impacto relevante.

23.3. Risco de crédito

A Companhia está exposta ao risco de crédito das instituições financeiras decorrentes da administração de seu caixa e equivalentes de caixa e investimentos em recebíveis de ativos financeiros, que é feita com base nas orientações corporativas de sua controladora Petrobras. Tal risco consiste na impossibilidade saque ou resgate dos valores depositados e da possibilidade do não recebimento dos investimentos em recebíveis de ativos financeiros. A exposição máxima ao risco de crédito está representada pelos saldos de caixa e equivalentes de caixa e investimentos em recebíveis de ativos financeiros. O FIDC também é representado por contas a receber, o que, no entanto, é atenuado por possuir como único cliente a sua controladora Petrobras.

A Administração avalia que os riscos de crédito associados aos saldos de caixa e equivalentes de caixa e investimentos em recebíveis de ativos financeiros são reduzidos, em função de suas operações serem realizadas com base em análise e orientações corporativas de sua controladora Petrobras e com instituições financeiras brasileiras de reconhecida liquidez.

As Companhias distribuidoras de gás natural ("Distribuidoras") estão expostas a possibilidade das perdas decorrentes de inadimplência de suas contrapartes. Para mitigar esses riscos, as Distribuidoras adotam como prática a análise das situações financeira e patrimonial de suas contrapartes, assim como a definição de limites de crédito e acompanhamento permanente das posições em aberto.

• Qualidade do crédito de ativos financeiros

A qualidade do crédito de ativos financeiros classificados como títulos e valores mobiliários tem como base a classificação de risco concedida pelas agências avaliadoras Standard & Poor's, Moody's e Fitch. As informações sobre estes ativos financeiros, que não estão vencidos e sem evidências de perdas, estão dispostas a seguir:

	Consolidado	
	2020	2019
AAA.br	32.522	56.738
AA.br	2.813	97
Outras classificações	21	7
	35.356	56.842

23.4. Risco de Liquidez

O risco de liquidez da Companhia é representado pela possibilidade de insuficiência de recursos, caixa ou outros ativos financeiros, para liquidar as obrigações nas datas previstas.

A Companhia utiliza seus recursos principalmente com despesas de capital, pagamentos de dividendos e refinanciamento da dívida. O risco de liquidez da Companhia é administrado de forma corporativa pela controladora Petrobras.

A abordagem da Companhia na administração de liquidez é de garantir, o máximo possível, que sempre tenha caixa suficiente para cumprir com suas obrigações ao vencerem, sob condições normais, sem causar perdas inaceitáveis ou com risco de prejudicar a reputação da Companhia.

Usualmente, a Companhia garante que possui caixa à vista suficiente para cumprir com despesas operacionais, incluindo o cumprimento de suas obrigações financeiras; isto exclui o impacto potencial de circunstâncias extremas que não podem ser razoavelmente previstas, como desastres naturais.

A tabela a seguir analisa os passivos financeiros da Companhia por faixas de vencimento, correspondentes ao período remanescente no balanço patrimonial até a data do vencimento. Estes instrumentos financeiros que estão a custo amortizado possuem seus saldos similares aos seus valores justos.

	31.12.2020	Valor contábil	Até 12 meses	1 - 2 anos	3 - 5 anos
Fornecedores		43.071	43.071	-	-
	31.12.2019	Valor contábil	Até 12 meses	1 - 2 anos	3 - 5 anos
Fornecedores		46.051	46.051	-	-

24. Seguros

Em 31 de dezembro de 2020, a Companhia apresentava a seguinte apólice de seguro:

Modalidade	Risco coberto	Importância segurada
Empresarial	Seguro de natureza administrativa para a sede da Companhia	6.540
Operacional	Seguro de natureza operacional relativo às atividades da GasBrasiliano	6.917

25. Evento subsequente
Venda de Ações da Gasmar

Em 09 de abril 2021, foi divulgada a celebração de Instrumento de Transação entre a Petrobras Gás S.A. – Gaspetro, a Petróleo Brasileiro S.A. – Petrobras, a Mitsui Gás e Energia Ltda. a Termogás S.A. e a Companhia Maranhense de Gás – Gasmar, datado de 06 de abril 2021, para pôr fim a litígio judicial pendente com a Termogás, e assim viabilizando a venda das ações da Gasmar, detidas pela Gaspetro, para a Termogás, que corresponde a 23,5% do capital social total de participação.

O preço de aquisição está sujeito a ajustes usuais para transações dessa natureza e o fechamento da operação está sujeito ao cumprimento de condições precedentes, tais como a observância das obrigações previstas no Acordo de Acionistas da Gasmar e a aprovação pelo Conselho Administrativo de Defesa Econômica (CADE).

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO		
VIKTOR NIGRI MOSZKOWICZ Presidente do Conselho		TOSHIBA ASAHII Conselheiro
LUIZ EDUARDO LOPES GONÇALVES Conselheiro		EDUARDO JUAÇABA DE ALMEIDA Conselheiro
ROGÉRIO SOARES LEITE Conselheiro		MAURO MARTINS MACHADO Conselheiro
	TAIRA NOZAKI Conselheiro	
DIRETORIA EXECUTIVA		
RICARDO JOSÉ LOURENÇO DE MELLO Diretor Presidente		HIROSHI FUJIKAWA Diretor Financeiro
PEDRO AURELIO CARDOSO SAMPAIO Diretor Operacional		VITOR CALAZANS BARONI Diretor Corporativo
	MARCUS VINICIUS TORRES PEÇANHA Contador	
	CRC-RJ-068103/O-8	

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS

Aos Administradores e Acionistas da Petrobrás Gás S.A. – GASPETRO
Rio de Janeiro – RJ

Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis individuais e consolidadas da Petrobrás Gás S.A. – GASPETRO (Companhia), identificadas como controladora e consolidado, respectivamente, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2020 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, compreendendo as políticas contábeis significativas e outras informações elucidativas.

Opinião sobre as demonstrações contábeis individuais

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis individuais acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Petrobras Gás S.A. - GASPETRO em 31 de dezembro de 2020, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Opinião sobre as demonstrações contábeis consolidadas

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis consolidadas acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira consolidada, da Petrobrás Gás S.A. – GASPETRO em 31 de dezembro de 2020, o desempenho consolidado de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB).

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações contábeis individuais e consolidadas". Somos independentes em relação à Companhia e sua controlada, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Ênfase – Transações com partes relacionadas

Chamamos a atenção para o fato que as operações da Companhia são realizadas substancialmente com a Petróleo Brasileiro S.A. - Petrobras, conforme descrito nas notas explicativas nºs 1 e 14 às demonstrações contábeis individuais e consolidadas. Portanto, as demonstrações contábeis acima referidas devem ser lidas neste contexto. Nossa opinião não está ressalvada em relação a esse assunto

Outros assuntos – Demonstrações do valor adicionado

As demonstrações individual e consolidada do valor adicionado (DVA) referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2020, elaboradas sob a responsabilidade da administração da Companhia, cuja apresentação não é requerida às companhias fechadas foram submetidas a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações contábeis da Companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essas demonstrações estão reconciliadas as demais demonstrações contábeis e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Em nossa opinião, essas demonstrações do valor adicionado foram adequadamente preparadas, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e são consistentes em relação às demonstrações contábeis individuais e consolidadas tomadas em conjunto.

Outras informações que acompanham as demonstrações contábeis individuais e consolidadas e o relatório dos auditores

A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração. Nossa opinião sobre as demonstrações contábeis individuais e consolidadas não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações contábeis individuais e consolidadas, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações contábeis ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações contábeis individuais e consolidadas

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB) e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis individuais e consolidadas, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia e sua controlada ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia e sua controlada são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações contábeis individuais e consolidadas

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.

- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia e sua controlada.

- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.

- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia e sua controlada. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia e sua controlada a não mais se manterem em continuidade operacional.

-Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis individuais e consolidadas representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

-Obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócios do grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações contábeis individuais e consolidadas. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria do grupo e, consequentemente, pela opinião de auditoria.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Rio de Janeiro, 22 de abril de 2021

KPMG Auditores Independentes
CRC SP-014428/O-6 F-RJ

Thiago Ferreira Nunes
Contador CRC RJ-112066/O-0

PARECER DO CONSELHO FISCAL

O Conselho Fiscal da Petrobras Gás S.A. – Gaspetro, no exercício de suas funções legais e estatutárias, tomou conhecimento do Relatório Anual de Atividades da Administração e procedeu ao exame das Demonstrações Contábeis da Petrobras Gás S.A. – Gaspetro (“Individuais e Consolidadas”), relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2020, que compreendem o balanço patrimonial, as demonstrações de resultado, as mutações do patrimônio líquido, os fluxos de caixa e o valor adicionado, assim como as notas explicativas. As Demonstrações Contábeis consolidadas foram elaboradas de acordo com os padrões internacionais de demonstrações contábeis (IFRS) emitidos pelo *International Accounting Standards Board* – IASB e também de acordo com práticas contábeis adotadas no Brasil. As Demonstrações Contábeis individuais foram elaboradas com base nas práticas contábeis previstas na Legislação Societária Brasileira, complementadas com pronunciamentos, interpretações e orientações do Comitê de Pronunciamentos Contábeis – CPC, aprovados por resoluções do Conselho Federal de Contabilidade – CFC. As Demonstrações Contábeis estão acompanhadas do Relatório dos Auditores Independentes e foram aprovadas na 792ª Reunião do Conselho de Administração, realizada em 22 de abril de 2021. A Administração propôs a seguinte destinação a ser deliberada pela Assembleia Geral de Acionistas:

Para o lucro líquido da Controladora, no montante de R\$ 340.018.052,78 (trezentos e quarenta milhões, dezotoito mil, cinquenta e dois reais e setenta e oito centavos), que considera o seguinte:

• No que concerne à Reserva Legal já foi atingido o limite previsto no artigo 193 da Lei nº 6.404/76, não havendo destinação de valores à Reserva Legal;

• (1) Distribuição de Dividendos no montante de R\$ 185.391.451,00 (cento e oitenta e cinco milhões, trezentos e noventa e um mil, quatrocentos e cinquenta e um reais), sendo:

(1.1) R\$ 86.804.513,19 (oitenta e seis milhões, oitocentos e quatro mil, quinhentos e treze reais e dezenove centavos) como dividendo mínimo obrigatório para os acionistas ordinários, composto por: (1.1.1) R\$ 12.000.000,00 (doze milhões de reais) a título de Juros sobre Capital Próprio – imputados aos dividendos obrigatórios pelo valor líquido de R\$ 10.200.000,00 (dez milhões e duzentos mil reais) (líquido de IRRF) – já quitados em dezembro de 2020; (1.1.2) R\$ 24.500.000,00 (vinte e quatro milhões e quinhentos mil reais) como dividendos antecipados já quitados em dezembro de 2020; e (1.1.3) R\$ 50.304.513,19 (cinquenta milhões, trezentos e quatro mil, quinhentos e treze reais e dezenove centavos) como dividendos mínimos complementares;

(1.2) R\$ 97.962.163,55 (noventa e sete milhões, novecentos e sessenta e dois mil, cento e sessenta e três reais e cinquenta e cinco centavos) como dividendos adicionais a serem pagos aos acionistas ordinários; e

(1.3) R\$ 624.774,26 (seiscentos e vinte e quatro mil, setecentos e setenta e quatro reais e vinte e seis centavos) para a ação preferencialista Classe “B” relativo a complemento da reserva estatutária “Ativos Excluídos” decorrente dos valores apurados nos dois semestres de 2020;

(II) R\$ 154.626.601,78 (cento e cinquenta e quatro milhões, seiscentos e vinte e seis mil, seiscentos e um reais e setenta e oito centavos) para constituição de reserva especial a ser revertida à medida que o saldo de caixa da Companhia permitir.

O saldo de dividendos propostos será pago até o final do exercício de 2021, de acordo com a disponibilidade de caixa da Companhia, atualizados monetariamente pela variação da taxa Selic diária a partir de 31 de dezembro de 2020 até a data do efetivo pagamento.

A constituição da reserva especial no valor 154.626.601,78 (cento e cinquenta e quatro milhões, seiscentos e vinte e seis mil, seiscentos e um reais e setenta e oito centavos) foi baseada nos parágrafos 4º e 5º do artigo 202 da Lei 6.404/1976, que dispõe sobre a situação financeira da Companhia, que se destina ao registro dos lucros que deixarem de ser distribuídos e que, se não absorvidos por prejuízos de exercícios subsequentes, deverão ser pagos como dividendos, assim que permitir o planejamento do fluxo de caixa da Companhia.

Considerando o trabalho de acompanhamento da Companhia desenvolvido pelo Conselho Fiscal ao longo do exercício, a opinião emitida, sem ressalvas, da KPMG Auditores Independentes, as informações prestadas pelos integrantes da Administração e do Comitê de Auditoria da empresa e complementadas com comentários sobre o seu desempenho, assegurando que as Demonstrações Contábeis acima referidas representam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Petrobras Gás S.A. – Gaspetro em 31 de dezembro de 2020; o Conselho Fiscal, por unanimidade, opinou favoravelmente à aprovação do Relatório Anual da Administração, das Demonstrações Contábeis, bem como da proposta de Destinação de Resultado, que inclui a constituição da Reserva Especial, considerando que o pagamento de dividendo integral é incompatível com o planejamento financeiro da Companhia, devendo o seu saldo ser distribuído assim que o fluxo de caixa da Companhia permitir, se não absorvido por prejuízos em exercícios subsequentes, nos termos dos parágrafos 4º e 5º do art. 202 da Lei 6.404/1976. Tais matérias serão submetidas à deliberação da Assembleia Geral de Acionistas.

Rio de Janeiro, 22 de abril de 2021.

Bruno Cirilo Mendonça de Campos
Presidente

Marco Francesco Patriarchi
Conselheiro

Flavia Valeska Veiga de Oliveira
Conselheira

RELATÓRIO ANUAL DO COMITÊ DE AUDITORIA ESTATUTÁRIO - EXERCÍCIO SOCIAL 2020

Aos Conselheiros de Administração da Petrobras Gás S.A. – Gaspetro.

1. APRESENTAÇÃO

O Comitê de Auditoria Estatutário da Petrobras Gás S.A. – Gaspetro (CAE) foi criado na Assembleia Geral Extraordinária de 29 de junho de 2018 no processo de reforma do Estatuto Social da empresa para atendimento da Lei 13.303/16. O CAE é composto por três membros, sendo um indicado pelo acionista majoritário, um pelo acionista minoritário, e um em comum acordo pelos acionistas, todos nomeados e destituíveis pelo Conselho de Administração, para um mandato de dois anos.

O CAE reporta-se ao Conselho de Administração e atua com autonomia e independência no exercício de suas funções, funcionando como órgão auxiliar, consultivo e de assessoramento, sem poder decisório ou atribuições executivas. As suas funções e atividades são desempenhadas em cumprimento às atribuições legais e definidas no seu Regimento Interno e sua responsabilidade está relacionada com a revisão e o monitoramento, dentro de sua capacidade de supervisão, dos processos de elaboração e divulgação de relatórios financeiros e das atividades da auditoria independente, bem como das atividades de controle interno, auditoria interna e riscos da Gaspetro.

As avaliações do CAE baseiam-se nas informações recebidas da Administração, dos auditores independentes, da auditoria interna, dos responsáveis pelo gerenciamento de riscos e de controles internos e nas suas próprias análises decorrentes de sua atuação de supervisão e monitoramento.

O colegiado é atualmente composto pelos seguintes membros: Sr. Reinaldo Guerreiro, indicado em consenso por ambas as sócias e Presidente do CAE, Sr. Luiz Henrique Barros, indicado pela sócia Mitsui, e Sr. Eduardo Juaçaba de Almeida, indicado pela sócia Petrobras.

O escopo das atividades do CAE da GASPETRO estende-se à sua controlada Gás Brasileiro Distribuidora S.A., conforme Estatuto Social da referida controlada (Art. 31) e previsão do Regimento Interno do colegiado.

2. ATIVIDADES REALIZADAS NO PERÍODO

O CAE reuniu-se vinte e nove vezes no ano de 2020 e as respectivas atas encaminhadas ao conhecimento do Conselho de Administração.

As principais atividades do CAE da Gaspetro realizadas em 2020 foram:

- Acompanhamento mensal dos Indicadores da Gaspetro;
- Apreciação dos Relatórios Trimestrais de Atividades de Governança e Conformidade;
- Análise dos Relatórios Trimestrais de Atividades da Auditoria Interna;
- Acompanhamento do Orçamento do CAE;
- Análise dos Ativos Excluídos: Ação Preferencial Classe B;
- Conhecimento e análise do Relatório Anual das Atividades da Auditoria Interna – RAIN T 2019;
- Análise do desenvolvimento dos trabalhos da KPMG Auditores Independentes – Auditoria Externa;
- Apreciação do contrato de compartilhamento de custos de despesas administrativas (CCCD) e Termo de Encerramento de pendências e aditivo ao referido contrato;
- Conhecimento da Remuneração Anual Global dos Administradores da Gaspetro para o Período de Abril de 2020 a março de 2021;
- Avaliação das Demonstrações Contábeis da Gaspetro (Controladora e Consolidado), acompanhadas das notas explicativas e do parecer da Auditoria Independente, referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2019 e Proposta de Destinação do Resultado;
- Conhecimento do Relatório da Administração da Gaspetro do Exercício Findo em 31 de Dezembro de 2019;
- Conhecimento do Aditivo ao Contrato de Prestação de Serviços de Auditoria Contábil;
- Conhecimento da análise do Relatório de Auditoria sobre a conformidade do valor realizado da remuneração dos administradores da Gaspetro – período de abril/2019 a março/2020;
- Conhecimento do Programa de Dispêndios Globais – PDG;
- Conhecimento da Reprogramação do Orçamento Anual de Investimento do exercício de 2020, da Reprogramação das Transferências entre a Petrobras e a Gaspetro e da Reprogramação do Programa de Dispêndios Globais do exercício de 2020;
- Conhecimento do sumário de transações com partes relacionadas;
- Aprovação do Plano de Trabalho do CAE – 2020;
- Aprovação do calendário das reuniões do CAE – 2020;
- Eleição do Presidente do CAE;
- Conhecimento dos Padrões da Área Contábil e Financeira;
- Acompanhamento do Plano de Ação da Gestão de Riscos da Companhia;

- Relatório da Covid nas Companhias Distribuidoras Locais (CDLs);
- Acompanhamento da Auditoria nas CDLs;
- Acompanhamento do Balancete e Fluxo de Caixa projetado;
- Apreciação do Aditivo nº 1 ao Acordo para Compartilhamento de Custos entre a Gaspetro e a MGE B;
- Acompanhamento do Orçamento - orçado versus realizado 2020 da Gaspetro;
- Revisão do seu Regimento Interno;
- Conhecimento do montante máximo e ajustes de gatilhos do Programa de Prêmio por Performance 2020 da Gaspetro para os Administradores;
- Conhecimento do Programa de Prêmio por Performance 2020 da Gaspetro – Funções Gratificadas;
- Conhecimento da Política de Compliance da Gaspetro;
- Conhecimento da Revisão das Diretrizes de Prevenção à Lavagem de Dinheiro e ao Financiamento do Terrorismo da Gaspetro;
- Conhecimento da revisão da Diretriz de Gestão de Apurações;
- Conhecimento das Diretrizes de Compliance Concorrencial da Gaspetro e do Código de Conduta Concorrencial da Gaspetro;
- Avaliação do monitoramento dos apontamentos realizados nos relatórios de auditoria da Gaspetro e das suas investidas;
- Conhecimento da realização de Auditoria de Controle e Gestão;
- Avaliação do CAE referente ao exercício de 2019;
- Conhecimento e análise das Atividades da Auditoria Interna – PAINT 2021;
- Acompanhamento da implantação da Auditoria Interna e do Comitê de Auditoria Estatutário nas CDLs;
- Revisão do Plano de Trabalho 2020;
- Aprovação do Plano de Trabalho 2021;
- Participação no Fórum dos Auditores Internos da Gaspetro e das CDLs;
- Análise das Demonstrações Contábeis – 1º, 2º e 3º Trimestres de 2020 da Gaspetro;
- Acompanhamento do processo de levantamento do mapeamento de riscos nas CDLs;
- Reporte trimestral ao CAE Petrobras.
- Encontro do CAE com os membros do Conselho Fiscal.

3. CONCLUSÕES E RECOMENDAÇÕES AO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Os membros do CAE, considerando as suas atribuições e limitações inerentes ao seu escopo de atuação observam que:

- os processos de controles internos para a produção dos relatórios financeiros são efetivos e as ações de prevenção e combate à fraude e corrupção são adequadas;
- a Auditoria Interna tem desempenho satisfatório de suas funções, com atuação independente;
- a Auditoria Independente é efetiva e não foi reportada nenhuma ocorrência que pudesse comprometer sua independência;
- a gestão e o monitoramento dos principais fatores de riscos vêm sendo gerenciados pela Administração;
- as transações com partes relacionadas avaliadas e monitoradas no período atenderam à Política de Transações com Partes Relacionadas e forneceram evidências quanto à existência de condições estritamente comutativas, transparência, equidade, interesse da Companhia e divulgação adequada e tempestiva. Destaca-se, nesse ponto, que há transações relevantes da Controlada e das Coligadas da Companhia com empresas do Sistema Petrobras, principalmente no que se refere à aquisição de gás natural (Partes Relacionadas);
- Em conclusão, relativamente à empresa Gaspetro, os processos de controle interno, os trabalhos de auditoria interna, o processo de auditoria independente e a gestão dos principais fatores de risco ocorreram sem nenhum fator de destaque.

Nesse contexto, após proceder ao exame e à análise das Demonstrações Contábeis acompanhadas do Relatório da Administração da Gaspetro, relativas ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2020 e do Relatório da KPMG Auditores Independentes, emitido com opinião sem ressalvas, os membros do CAE recomendam a sua aprovação pelo Conselho de Administração.

Rio de Janeiro, 22 de abril de 2021.

Reinaldo Guerreiro
Presidente

Luiz Henrique Barros
Membro

Eduardo Juaçaba de Almeida
Membro